

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
PPGCS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO: MESTRADO

YOUSSEF AZZAM

O PAPEL POLÍTICO DO CAMPESINATO
NO PENSAMENTO DE ERIC HOBSBAWM

Campina Grande-PB
2009

YOUSSEF AZZAM



**O PAPEL POLÍTICO DO CAMPESINATO
NO PENSAMENTO DE ERIC HOBSBAWM**

Trabalho apresentado ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção do grau do Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Afonso Malagodi

Campina Grande-PB
2009



A999p Azzam, Youssef
O papel político do campesinato no pensamento de Eric Hobsbawm / Youssef Azzam. - Campina Grande, 2009.
93 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

1. Campesinato 2. Política 3. Banditismo Social 4. Dissertação I. Malagodi, Edgard Afonso, Dr. II. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.35(043)

Dedico este trabalho:

Ao professor Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, sem o qual minha presença no Brasil seria muito mais difícil,
A Maria Rodrigues, pelo apoio incondicional desde o início,

Ao povo brasileiro, pela ajuda e a adesão,
Á minha filha, Sara, em sua solidão.

AGRADECIMENTOS

Pelo fato de pertencer a uma sociedade oriental, na qual o passado, a ignorância e o fanatismo são aspectos marcantes, onde as dificuldades de todo tipo se fazem sentir de maneira mais marcante que em outras, é que considero essa experiência no Brasil algo muito precioso, pois foi indispensável operar rupturas culturais, com um destino já traçado, e entrecruzar outros espaços totalmente diferentes, a fim de ter um olhar igualmente diferente vis-à-vis de uma sociedade que crê poder reproduzir o passado.

Assim, quero poder agradecer:

Ao Dr. Lemuel Guerra, atual diretor do Centro de Humanidades da UFCG, por ter sempre me incentivado a acreditar que eu posso atingir meus objetivos, apesar de todas as dificuldades;

Ao Dr. Edgard Afonso Malagodi, meu orientador, por sua paciência, sua compreensão, e por sua tolerância intelectual;

À Dr^a. Marilda Aparecida de Menezes, que me impõe, pela qualidade de suas aulas, revisar muitas de minhas posições intelectuais;

A Rinaldo, Joãozinho e Zezinho, secretários do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFCG, pela ajuda multiforme em qualquer momento;

A todos os professores do programa de Pós-graduação, que me apoiaram durante toda minha formação e me ajudaram na apreensão de conhecimentos acadêmicos preciosos;

Aos colegas de turma de em Ciências Sociais, em 2007.

Á memoria de todos os intelectuais e artistas,
marroquinos, árabes, e muçulmanos que foram
assassinados pelas mãos criminosas do fanatismo religioso,
do depositismo e do abismo societal.

Á memoria de meu irmão Abdelaziz Azzam, falecido aos
52 ans no dia 21 de maio de 2009.

HOMENAGEM

RESUMO

Neste trabalho, examino as condições históricas e epistemológicas da análise proposta por Eric Hobsbawm, segundo a qual o campesinato estaria em fase de desaparecimento, não podendo ser seu papel político mais que uma forma arcaica, que pertence ao passado. Dentre os principais eixos da contra-argumentação aqui proposta, destacamos os seguintes: 1- O processo do desaparecimento do campesinato é um fato histórico visível em muitos cenários históricos, mas não é um processo obrigatório em todas as sociedades; 2- O papel político do campesinato não pode ser devidamente entendido a partir das categorias de análise da sociedade moderna ou contemporânea.

Campeinato 2. Política 3. Banditismo Social.

RESUMÉ

Dans ce travail, j' examine les conditions historiques et épistémologiques qui ont poussé Eric Hobsbawm à considérer la paysannerie comme étant en phase de disparition, et par conséquent son rôle politique comme une forme archaïque qui appartient au passé.

Parmi les principaux éléments j'ai mis sous analyse pour retenir l'attention: 1. Le processus de disparition est un fait historique visible dans plusieurs expériences, mais il n'est pas un processus obligatoire ou nécessairement faible pour les sociétés qui l'ont pas connu. 2. Le rôle politique de la paysannerie ne peut être entendu à partir des catégories d'analyse de la société moderne ou contemporaine,

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I: HOBBSAWM, VIDA & OBRA.....	15
1.1 ALGUNS ELEMENTOS BIOGRÁFICOS DE BASE.....	17
1.2 A UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE.....	20
1.3 O PARTIDO COMUNISTA BRITÂNICO E SEUS HISTORIADORES.....	24
CAPÍTULO II: CAPITALISMO, AGRICULTURA & CAMPESINATO	46
2.1 O DEBATE SOBRE O CAMPESINATO	48
2.2 A AÇÃO POLÍTICA DO CAMPESINATO	56
CAPÍTULO III: CAMPESINATO & POLÍTICA	64
3.1 O CAMPESINATO NO CASO INGLÊS	64
3.2 O BANDITISMO SOCIAL & RURALIDADE	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	81
ANEXO 1	83
ANEXO 2.....	89

INTRODUÇÃO

Durante “A Era dos Extremos” (expressão utilizada por Eric Hobsbawm para qualificar o século XX), mas já bem antes deste período, houve uma série de revoltas, rebeliões e revoluções no sentido pleno do termo, nas quais os camponeses se impuseram como força motriz, nomeadamente nos países colonizados ou semi colonizados. Estes levantes camponeses, que se repetiram em vários países e em várias épocas, suscitaram o interesse de diferentes intelectuais, líderes políticos, e investigadores de diversas disciplinas. A pergunta geral que se fazia então era a mesma: *O que é um camponês e qual a razão da sua revolta?* Várias tentativas de resposta foram construídas e surgiram propostas diversas, a partir de perspectivas teóricas diferentes, embora a maior parte dos investigadores tivesse ficado limitada a analisar casos concretos, bem específicos, mesmo que tenha havido algumas tentativas de generalização.

Assim, partindo de uma leitura inicial que teve como eixo situar as propostas analíticas que surgiram nas décadas de 60 e 70 em torno do tema do campesinato¹, trato aqui de retomar um debate que foi desencadeado com Hobsbawm em “Rebeldes Primitivos”, publicado em 1959, e que terminou parcialmente em 1979, com Teda Skocpol, em “Estados e revoluções sociais”. Historicamente, este debate se inspirava em certas teses formuladas nos trabalhos de Karl Marx e da primeira e segunda geração de marxistas (Friedrich Engels, Karl Kautsky, Vladimir Lênin, principalmente.). No entanto, retomar toda a discussão desde Marx tornaria a tarefa não somente delicada, mas claramente impossível. Era necessário reduzir a amplitude e fixar-me em um objetivo mais modesto. E numa preocupação de delimitar historicamente o

¹ A idéia inicial do projeto que deu origem a esta Dissertação era precisamente contar, recuperar e compilar estas diferentes tentativas ou propostas analíticas do tema do campesinato na sua conotação política, e ver em qual limite se poderiam estabelecer alguns traços comuns, ou mesmo algum tipo de síntese.

tema, o interesse [teórico e político] maior recaiu sobre os desenvolvimentos mais recentes vinculados ao período 1959-1979.

É preciso reconhecer que este debate englobou autores que pertencem a disciplinas diferentes, como a história, a antropologia, as ciências políticas, a sociologia e outras que se classificam indiferentemente sob o nome das ciências sociais. Isto tem certo impacto sobre as abordagens elaboradas que partem de pontos de vista diferenciados. Esta multidisciplinaridade não impediu, no entanto, o estabelecimento de certo referencial comum. Se alguns destes autores não se declararam abertamente como de inspiração marxista, a grande maioria deles mergulhou, de uma maneira ou outra, em algum tipo de marxismo, eventualmente até privado dos seus elementos mais dogmáticos.

A outra característica destes autores é que eles não se dedicaram unicamente à questão camponesa na sua dimensão política. Para muitos deles este foi um tema passageiro, não aparecendo em seus trabalhos futuros, uma vez que tais autores abraçaram posteriormente outras linhas de interesse. De fato, após 1979, a maioria deles se afastou do tema do campesinato para se consagrarem a outros temas.

No entanto, o debate não terminou aí, pela simples fato de que a maior parte dos que participaram dele abandonou o tema. Outros investigadores surgiram e continuaram a animá-lo. Ainda que haja mudanças diversas, essa continuidade é incontestável.

E, do ponto de vista do cenário social e político, em todo o mundo, o mais importante é que os “camponeses” continuam igualmente a lutar de uma maneira ou outra. Eles se impõem, assim, como problema teórico e político ao mundo acadêmico.

Quanto ao problema que nos interessa, este debate englobou cronologicamente os seguintes autores, através das obras indicadas:

- Eric J. Hobsbawm: *Rebeldes Primitivos* (1959)
- Barrington Moore: *As Origens Sociais da Ditadura e a Democracia* (1966)

- Eric Wolf: Guerras Camponesas do século XX (1969)
- Teodor Shanin: Camponeses e Sociedades Camponesas (1971)
- Henry A. Landsberger: Movimentos Camponeses e Transformação Social (1974)
- Jeffery Paige: A Revolução Agrária (1975)
- Henri Mendras: Sociedades Camponesas (1976)
- James Scott: A Economia Moral do Camponês (1976)
- Samuel Popkin: O Camponês Racional (1979)
- Theda Skocpol: Estados e Revoluções Sociais (1979)

É possível observar, no entanto, que as posições destes autores sobre a questão “camponesa” não foram limitadas às obras supracitadas. Certo número deles efetivamente consagrou outros trabalhos à questão, que sejam sob forma de artigos ou capítulos em livros, ou ainda como comunicações em conferências, etc. É o caso, por exemplo, de Eric J. Hobsbawm. Sua posição sobre a questão encontra-se dispersa em várias das suas obras, escritos, conferências ou mesmo entrevistas. Terei a ocasião de mostrar isso, mais à frente. Outra observação é que uma boa parte dos seus trabalhos não é acessível senão parcialmente e em línguas diferentes do original. Praticamente, Teodor Shanin, Henry A. Landsberger, Jeffery Paige, James Scott, Samuel Popkin e Theda Skocpol não são acessíveis em português, estão principalmente em inglês, e algumas obras em francês ou espanhol. Este estado de coisas tem criado um sério problema para o público leitor brasileiro e tem impedido o acesso mais amplo ao debate da questão camponesa na globalidade dos trabalhos supracitados.²

O segundo problema é que um estudo desta amplitude, que engloba dez autores de uma vez, da postura intelectual deles, sobre um período de 20 anos, é em si um desafio que excede de longe os limites de uma dissertação e requer, de fato, capacidades mais complexas.

² Sendo de nacionalidade marroquina minha habilidade idiomática, além do árabe, é francês e espanhol, e bem recentemente o português.

Foi necessário, por conseguinte, fazer uma nova delimitação. De um ponto de vista meramente de língua, havia a possibilidade de nos concentrar nos quatro primeiros autores, ou seja: Eric Hobsbawm, Barrington Moore, Eric Wolf, e Henri Mendras que estão mais disponíveis em português. Mas, mesmo com esta nova fixação de limites, outro problema emergiu no nível da estrutura do projeto da investigação.

Após algumas investigações preliminares para fins de contextualização, principalmente nas bibliotecas da universidade e via Internet, foi evidenciado que o material disponível não permite realizar uma dissertação pelo menos equilibrada em termos da sua estrutura interna. A informação mais disponível da qual se dispõe, em relação a estes quatro autores, era mais consistente apenas no caso de Hobsbawm. Foi assim que me vi no constrangimento de remodelar o projeto de dissertação para consagrá-lo integralmente a este autor, o historiador inglês Eric J. Hobsbawm.

O interesse em realizar este estudo centrado neste autor está ligado ao fato de ser o mesmo conhecido um dos defensores da tese do desaparecimento do “campesinato”, tese que permanece uma das mais controvertidas, sobretudo na condição dos países de predominância camponesa ou em que a atividade agrícola deste segmento social é ainda bastante importante em termos de indicadores socioeconômicos.

Esse interesse por Hobsbawm está ligado também ao seu percurso intelectual rico e diversificado como historiador engajado, com cerca de trinta livros e centenas de artigos em várias línguas. A importância desse autor está igualmente ligada ao fato que é um dos representantes mais destacados e conhecidos da escola dos historiadores marxistas britânicos, além de ser o último em vida. O estudo da obra de Hobsbawm justifica-se também pelo fato que não se conhece nenhum trabalho integral ou parcial que lhe tenha sido consagrado, exceto algumas exposições ou críticas sob forma de artigos. Talvez o único trabalho que tentou tratá-

lo como sendo membro do grupo dos historiadores britânicos seja ainda o de Harvey J. Kaye *The British Marxist Historians*, editado em inglês em 1984³.

O trabalho que tento aqui, por conseguinte, realizar em torno do pensamento deste historiador, principalmente no que diz respeito à questão camponesa, cobre um aspecto que se crê original, estimulante e instrutivo, na medida em que permite descobrir a riqueza e a complexidade de uma aproximação teórica que foi desenvolvida desde 1947. No entanto, o trabalho a empreender não é de modo algum biográfico, nem uma exposição ampla de seu pensamento, nos seus diversos eixos temáticos, que podem ser considerados eventualmente como mais importantes ou específicos. Este é um trabalho que se atém a uma temática bem delimitada: a formulação elaborada por Eric J. Hobsbawm, a respeito da questão camponesa, analisada, especialmente, em seus aspectos políticos.

Contudo, mesmo com tal delimitação, o problema não foi resolvido senão parcialmente. E este trabalho terá que confrontar dois aspectos interligados. O primeiro é que Hobsbawm pensa a questão através da acumulação dos conhecimentos adquiridos de outros historiadores e debatendo com eles. Neste nível, retoma direta ou indiretamente certas teses de outros historiadores marxistas britânicos, particularmente os especializados do campesinato inglês como é o caso de Rodney Hilton. Há fortes possibilidades que a posição deste último autor vis-à-vis sobre o campesinato é estreitamente ligada ao caso inglês, com tendências à generalização bastante clara⁴.

O segundo é que se supõe que sua posição conheceu certo itinerário historicamente evolutivo, embora ele nunca a alterasse substancialmente. Isto implica dizer que, para entender esta posição, seria necessário certamente tentar delimitá-la na sua evolução, o que significa simplesmente percorrer uma vida intelectual de quase 60 anos. De outro lado, vários

³ HARVEY, J. Kaye: *The British Marxist Historians, An Introductory Analysis*. Cambridge, Polity Press. 1984.

⁴ HOBBSAWM, Eric: *A Era dos Extremos. O Breve Século XX 1914-1991*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo. 2ª edição, pp. 284-287.

dos trabalhos de Hobsbawm são dispersos por toda parte, e, sobretudo inacessíveis, como os publicados em revistas especializadas, ou disponíveis só em inglês, ou apenas pela via da compra por preços para nós proibitivos. É nomeadamente o caso dos seus estudos e artigos publicados em *Past & Presente* ou *New Left Review* ou ainda *Marxism Today*.

Seus principais trabalhos conhecidos por serem consagrados à problemática camponesa e seus papéis políticos são especialmente três

- *Rebeldes Primitivos* (1959)
- *Bandidos* (1969)
- *Capitão Swing* (1969)

Limitarei este estudo aos dois primeiros, por não dispor do terceiro, procurando ao mesmo tempo completar as teses defendidas neles, através do exame de outras obras desse autor que se pronunciam apenas parcialmente sobre a questão camponesa, tratando, ao mesmo tempo, de outros objetos.

No seu tratamento da questão camponesa, Hobsbawm contem, de fato, vários equívocos, dos quais especialmente, sua principal tese a este respeito: o desaparecimento do campesinato em si. Vários dos seus leitores e críticos tiveram dificuldades em entender o que este autor queria dizer com tal conclusão, sobretudo aqueles críticos que são mais preocupados com a mesma questão, mas em outros contextos históricos ou sociais. Esta conclusão de Hobsbawm refere-se a um caso bem específico ou entende ele isso como uma lei geral que se refere a todos os campesinatos do mundo?

Tendo em conta o fato que Hobsbawm é em si, um pensador de inspiração marxista, mas igualmente um militante comunista que demorou por muito tempo no seu partido, uma hipótese se impõe a este respeito: Não seria esta longa identificação com o movimento comunista internacional, movimento que assumiu e defendeu militantemente as teses relativas

ao desaparecimento e o papel político reacionário do campesinato que fez como que Hobsbawm se encontrasse na obrigação de assumir e defender essa posição?

Verificar esta hipótese é a proposta que esta dissertação se propõe a realizar.

CAPÍTULO I: ERIC HOBSBAWM: VIDA & OBRA

De fato, não se conhece uma biografia de Hobsbawm que tenha sido publicada como tal por outro autor, um especialista ou um biógrafo. A única que se conhece até agora é a que foi feita pelo próprio Hobsbawm. Trata-se de uma autobiografia que foi publicada na sua versão original em 2002, sob o título “de *Interesting Times - A Twentieth-Century Life*”⁵. Esta autobiografia da vida pessoal, intelectual, acadêmica e política de um historiador que é considerado como um dos maiores historiadores contemporâneos, foi feita por um historiador que escreve sua própria “história”.

Hobsbawm é plenamente consciente desta última característica e não falta ao dever de, no prefácio da sua autobiografia⁶, esclarecer os limites e os objetivos que procura impor à sua própria autobiografia. Ele atribui um aspecto específico a sua própria história como sendo parte integrante, não somente de uma história mais larga, mas que pode servir como matéria prima para os que querem entender a história do século XX ou ainda escrevê-la.

Na ordem das suas prioridades, estão postos primeiramente os limites.

Não se trata da autobiografia de uma “personalidade” ou “celebridade”, como não se trata igualmente de “memórias”. Hobsbawm é muito metuculoso na utilização deste último termo para qualificar sua história. De fato, ele não se crê pertencendo a esta categoria de pessoas cuja vida pessoal e atividades públicas são vinculadas estreitamente a grandes acontecimentos ou a grandes personalidades ligadas aos centros de decisão. A humildade de Hobsbawm, que parece um dos traços típicos da sua personalidade, empurra-o ainda a encarar

⁵ HOBSBAWM, E: *Interesting times- a twentieth- century life*. London, A. Lane, 2002.

⁶ HOBSBAWM, E: *Tempos Interessantes. Uma Vida no Século XX*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo. 1ª edição. 2002.

e a aceitar a possibilidade de que ele desapareça completamente da história do século XX, na Grã-Bretanha, sem que este desaparecimento seja uma lacuna!⁷

Quanto aos objetivos, esta autobiografia representa para Hobsbawm ele mesmo, um tipo de confissão incapaz de ferir os sentimentos de outras pessoas vivas (ou mortas). Este objetivo, que atua como um limite pode ser detectado nas páginas consagradas ao Partido Comunista Britânico e os conflitos internos que o minaram até sua dissolução, em 1991. Certamente, o objetivo do livro não era de modo algum o de escrever a história do PC, e pode ser que Hobsbawm não se veja mesmo em condições de fazê-lo. Mas, o fato de haver passado quase cinquenta anos neste partido e freqüentado o essencial dos seus intelectuais e seus líderes deixa questões suspensas a serem considerados a este respeito.

Hobsbawm antecipa este estado de fatos no prefácio da sua autobiografia. Sabe-se que vários de seus leitores, jornalistas e interessados esperavam respostas às perguntas quanto a sua adesão, participação e permanência no PC Britânico e no movimento comunista internacional. Hobsbawm crê trazer alguns elementos de resposta sem que seu objetivo seja principalmente este. Ele pensa que a História já julgou, em grande parte, suas opiniões políticas e que sua principal preocupação nesta autobiografia é compreender a história (sic!). Para ele, sua autobiografia se caracteriza, em comparação à sua obra “A Era dos Extremos”, pelo fato que ela trata “ não a história do mundo ilustrada pelas experiências de um indivíduo, mas a história do mundo dando forma a essa experiência”.

É nessa autobiografia, na sua tradução portuguesa, que o trabalho a seguir vai se basear para elucidar alguns aspectos da trajetória do autor, embora se sabendo que, geralmente, Hobsbawm não lhe atribui grande importância para explicar suas posições intelectuais ou políticas. Nessa perspectiva, tentar-se-á tratar, neste capítulo, de três elementos

⁷ Idem, p. 10.

que parecem mais susceptíveis de ter desempenhando um papel primordial na vida intelectual de Hobsbawm:

- O fato de aderir prematuramente ao movimento comunista e, através dele, ao marxismo, antes de se tornar historiador de profissão;
- O fato de escolher a história como disciplina de sua formação acadêmica; e
- O fato de optar por tudo isto (aderir ao comunismo e se tornar historiador) num país como a Grã-Bretanha.

1.1 ALGUNS ELEMENTOS BIOGRÁFICOS BÁSICOS

Eric John Ernest Hobsbawm nasceu aos 9 de Junho de 1917, em Alexandria, no Egito, de um pai britânico e uma mãe austríaca, sendo os dois de confissão judaica. Após o fim da primeira guerra mundial, a família se deslocou para a Áustria. Antes de ter treze anos, seus pais morreram. Foi, então, viver com sua tia em Berlim. Na Alemanha de 1931, o jovem Hobsbawm voltou-se, muito cedo, para a coisa política: aderiu ao comunismo, através de uma organização estudantil, controlada pelo Partido Comunista Alemão, designada sob o nome de *SSB* (A Federação Socialista de Estudantes) ⁸.

Em retrospectiva, Hobsbawm explica este momento decisivo por motivos de ordem geral. Para ele, não tinha, na época, bastantes razões pessoais para rejeitar a ordem estabelecida ou sentir-se como uma das suas vítimas. Não se sentia mesmo tocado pela onda de anti-semitismo em voga na época.

A escolha desta via política foi ditada pelas circunstâncias do momento e pelo fato de o autor ter crescido num meio familiar de esquerda. Segundo o autor, no ambiente político da

⁸ Essa organização que foi, de fato, marginal em termos do impacto político, foi inspirada pela famosa Olga Benário, esposa de Carlos Luis Prestes, o líder conhecido do Partido Comunista Brasileiro.

Áustria e de Alemanha, países que viviam em processos de forte polarização, qualquer posicionamento político resumia-se a optar entre a extrema direita, para a qual o autor não estava apto, tanto como inglês quanto como judeu, e o comunismo. A família Hobsbawm se encontrou, de fato, do lado operário e era sindicalizada mesmo. Vários dos seus membros eram artesãos imigrados. Sobre este capítulo, Hobsbawm recorda-se que:

« Os meses que passei em Berlim me tornaram comunista para o resto da vida, ou pelo menos me transformaram em alguém cuja vida perderia a natureza e o significado sem o projeto político a que dedicou quando estudante, ainda que visivelmente esse projeto tenha falido – e, como agora sei, somente poderia falir”⁹

A revolução de Outubro e o antifascismo constituíram doravante referências francamente afirmadas que alimentaram um militantismo, às vezes clandestino, antes da partida de Hobsbawm para a Grã-Bretanha, em 1933.

Na Inglaterra, Hobsbawm freqüentou uma escola em Londres (*St. Marylebone Grammar School*), por três anos, “onde recebeu a melhor educação possível na Inglaterra da década de 1930”. Foi durante esta época que o futuro do historiador se decidiu pela carreira. Embora ele não gostasse realmente da sua escola inglesa, pelo menos no início, comparativamente a que freqüentava na Alemanha, teve a ocasião de aprender de professores que “poderiam pertencer *socialmente* ao mundo universitário, porém não *intelectualmente*”¹⁰. Este estado de coisas permitia certa qualidade de escolaridade, embora nada indicasse na época que havia possibilidade para os alunos irem além da sua condição de liceu. A universidade, na época era um lugar freqüentado pelos ricos, e as possibilidades para alguém da condição social de Hobsbawm entrar nela eram mínimas, senão inexistentes. Hobsbawm soube se beneficiar, de fato, de uma brecha neste sistema, graças à dedicação do seu professor de história, que se mobilizou para ajudá-lo a ter êxito nos exames de admissão da

⁹ HOBBSAWM, E: Tempos Interessantes. Op., cit. p. 73.

¹⁰ Idem, p. 111

Universidade de Cambridge e de se beneficiar igualmente de uma bolsa. Nenhum dos seus colegas da mesma escola teve a mesma oportunidade, nem nenhum outro membro da sua família.

De fato, os elementos relatados pelo autor, no que diz respeito a esta época, evocam duas indicações que parecem bastante interessantes tanto na explicação da sua própria evolução intelectual posterior, como na escolha da história como disciplina de formação acadêmica. Trata-se primeiramente da ausência da filosofia na formação dos alunos na época e, em segundo lugar, da sua substituição por alguma espécie de literatura. Estas duas indicações, apenas de passagem, permitem compreender, mesmo de maneira parcial, a tendência da maior parte dos intelectuais marxistas ingleses a dedicar-se à história como campo de pesquisa científica e com certo talento literário. O caso mais exemplar pode não ser o de Hobsbawm, mas o de Edward Thompson, que escrevia a história com um estilo predominantemente literário. Essa paixão pela literatura excedia de longe as segmentações meramente ideológicas, de modo que vários futuros marxistas ingleses não viram contradição entre seu marxismo e o antimarxismo de F.R. Leavis, que exerceu uma forte influência sobre muitos deles ¹¹.

Por outro lado, é necessário mencionar que a literatura que substituiu a filosofia, no caso inglês, não criou, de fato, literatos, mas historiadores. E, comparativamente aos marxistas franceses, por exemplo, é bastante raro encontrar um filósofo, antropólogo ou politólogo marxista inglês. O caso de John Lewis permanece uma exceção que confirma a regra. Não se sabe se houve durante o mesmo período outros grupos de intelectuais marxistas,

¹¹Leavis, Frank Raymond (1895-1977), é professor universitário e crítico literário britânico, que pertencia ao movimento da "Nova crítica" de Cambridge. Seu estilo pessoal, metódico e corrosivo, acompanhado de uma preocupação brilhantemente expressa de rigor moral, tornou-o famoso, até que o termo "leavisista" permanece um qualificativo na literatura contemporânea.

no PC britânico, da mesma importância do grupo dos historiadores. Parece que este grupo, com efeito, representa a característica principal do marxismo britânico até hoje.

É durante esta época que se inaugura uma bifurcação essencial na vida de Hobsbawm, dado a seu ingresso em Cambridge, através do *King's College*, do qual ele faria parte integrante a partir de 1935. Esta instituição universitária tinha uma notoriedade excepcional e representava sozinha toda a fascinação que pode produzir sua existência, que remonta ao século XIII.



King's College de Cambridge

1.2 A UNIVERSIDADE DE CAMBRIDGE ¹²

A universidade de Cambridge é, na verdade, a segunda mais antiga instituição acadêmica do mundo anglófono (a primeira é a universidade de Oxford) e seu antigo colégio, ainda existente, é *Peterhouse*, fundado em 1284. Com seus 83 premiados de Nobel, diretamente associados a ela (dos quais 70 são ex-alunos), Cambridge gerou mais Prêmios de Nobel do que qualquer outra universidade no mundo e tanto quanto as universidades de Oxford, Paris e Yale reunidas.

¹² [http://fr.wikipedia.org/wiki/université de Cambridge](http://fr.wikipedia.org/wiki/université_de_Cambridge)

Embora a universidade ofereça hoje numerosos cursos em vários domínios, era centrada essencialmente na matemática até ao século XIX, e o estudo desta disciplina era obrigatório para obter seu diploma. Apesar da diversificação das disciplinas de ensino e de pesquisa, Cambridge manteve a predominância das matemáticas. O Instituto Isaac Newton, que faz parte dela, é considerado o instituto nacional de pesquisa em matemáticas e física teórica.

A admissão nos colégios de Cambridge foi, por muito tempo, dependente do nível do latim e do grego, um ensino que tinha um lugar importante nas escolas semi privadas (public schools) britânicas. Aquilo levava a acolher estudantes que provêm principalmente da elite social britânica. Desde os anos 60 do século passado, o processo de admissão é fundado na meritocracia. Os candidatos devem ter as melhores qualificações e impressionar os intervenientes do colégio durante as entrevistas.

Contudo, a universidade com sua longa história, suas tradições e sua fama representava, de fato, uma verdadeira carga do passado, que pesava sobre seu presente, impedindo assim qualquer tentativa de administrar mudanças no seu seio. A esse respeito, Hobsbawm menciona (citando outro) que a principal contribuição de Cambridge na teoria e na prática política é “o princípio do momento imaturo”, que se erige como barreira na frente de qualquer tipo mudança, mesmo mínima.

Na época, Cambridge favorecia ainda as ciências naturais, em detrimento das ciências humanas, pelo fato de que foram as primeiras que estabeleceram sua fama institucional. Eram as proezas de um Isaac Newton e de todos os que arrancaram os prêmios Nobel que aplanavam ainda sobre a atmosfera de toda a universidade. As ciências humanas, que se beneficiaram praticamente de um estatuto secundário, eram administradas de maneira fragmentária e sem grande interesse para a pesquisa.

Do tempo passado em Cambridge, Hobsbawm retém outra característica da universidade, que lhe parece importante: este estabelecimento em comparação a outros, nomeadamente Oxford e os centros da vida nacional, estava de fato demasiado isolado e mesmo provincial a certos respeito. Este aspecto empurrou o autor a freqüentar outros centros de estudos que lhe pareciam mais interessantes, foi o caso de *London School of Economics*, (onde Maurice Dobb um dos mais importantes historiadores marxistas britânicos defendeu sua tese de Doutorado) que era e é, de fato, um dos grandes espaços da intelectualidade anglófona.

O fato de estar ligado ao *King's College*, por sua autonomia, aligeirava a indisposição de Hobsbawm e de vários de seus colegas em relação à forte tradição ancorada no passado que representa Cambridge em sua totalidade.

Quanto aos seus próprios professores, nomeadamente de História, Hobsbawm não cita praticamente nenhum, senão o famoso Sr. M Postan¹³ que goza de certo respeito do autor, pelo seu nível intelectual avançado. Em outros níveis, Postan teria representado certa versão da historiografia britânica na época. Mas, o notável nesta questão de professores é que Hobsbawm não cita os professores, principalmente marxistas, que estavam presentes na mesma universidade no mesmo período e que foram exercendo eventualmente certa influência sobre ele.

Os embriões do famoso grupo dos historiadores do PC britânico, embora sua constituição oficial date do após guerra, estavam bem presentes no departamento de História, não somente de Cambridge, mas igualmente de Balliol, em Oxford, e na universidade de Leeds. Maurice Dobb, o famoso historiador econômico e uma das figuras de proa do grupo dos historiadores marxistas britânicos, estava em Cambridge desde 1924. Vários militantes

¹³ Postan foi um historiador especializado na era medieval que foi igualmente a área dos estudos de Rodney Hilton.

comunistas da época figuram nas lembranças de Hobsbawm, como professores de outras disciplinas ou ainda como estudantes da sua mesma geração.

Há igualmente menção “dos estudantes coloniais” que provinham, na sua maioria, do continente indiano. Este grupo vai transformar-se mais tarde no famoso coletivo de historiadores indianos conhecido como “Subaltern Studies”¹⁴ e que terá um forte impacto no desenvolvimento das ciências sociais no mundo¹⁵.

De fato, Hobsbawm junta os principais fatores que lhe parecem decisivos na explicação da tendência à radicalização estudantil da sua época. De um lado, ele cita as repercussões da grande crise de 1929, que provocou a queda do governo trabalhista na Inglaterra, mas, sobretudo, o crescimento da força do fascismo, com a vitória do nazismo na Alemanha. Mas, a partir da segunda metade dos anos 30, é o estouro da Guerra Civil na Espanha que vai determinar esta radicalização na direção da esquerda.

O aumento da força das idéias de esquerda não significava, no entanto, necessariamente, ou apenas, uma ascendência do PC britânico que, embora se beneficiasse de um largo apoio em certos momentos, não detinha uma influência total sobre esta esquerda. Tratava-se antes de um amálgama de forças distintas que compartilhavam a convicção de lutar pela paz e contra o fascismo, o qual se tornasse uma real ameaça de guerra.

No caso dos estudantes britânicos, o que continuava a ser surpreendente era o fato de que sua radicalização fazia-se na direção da esquerda, enquanto que, no continente europeu,

¹⁴ Subaltern Studies: é uma publicação que foi editada em 1983, expressando uma corrente intelectual procedente da história social radical que passou a ser, posteriormente, o eixo principal das idéias pós modernistas na Ásia do Sul. No fim dos anos 1970, o historiador marxista indiano RANAJIT GUHA reúne uma equipe de pesquisa composta de 08 jovens estudantes de doutorado (06 indianos e 02 britânicos) Todos, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos ou na Austrália. Tratava-se de Shahid Amin, Sumit Sarkar, Gyanendra Pandey, Partha Chatterjee, Gautam Bhadra, Dipesh Chakrabarty, David Arnold e David Hardiman. Esta corrente foi influenciada profundamente pelos historiadores marxistas britânicos, E.P. Thompson, Christopher Hill e Eric Hobsbawm mas também pela leitura de Claude Lévi-Strauss, Pierre Bourdieu, Roland Barthes, Jack Goody, Clifford Geertz, Max Gluckman, Georges Lefebvre e outros. O questionamento do racionalismo das Luzes, as ideologias do progresso e o Estado-nação são retransmitidas aqui por intelectuais do Sul, alimentando um discurso crítico do pós-colonialismo.

¹⁵ POUCHEPADASS, Jacques : *Que reste-il de Subaltern Studies*. Critique internationale, n°24 - julho 2004.

esta mesma tendência de radicalização fazia-se para a extrema direita. O caso britânico torna-se mais surpreendente, quando se considera que a maioria das instituições universitárias não era aparentemente de esquerda, nem no nível dos estudantes e, muito menos, no caso dos professores. Hobsbawm cita alguns nomes destes, mas os considera na sua maioria como moderados. Para ele, a interpretação deste momento decisivo para a esquerda foi ligado ao papel desempenhado pelos próprios estudantes e, sobretudo, os das ciências exatas.

1.3 O PARTIDO COMUNISTA DA GRÃ-BRETANHA



Communist Party of Great Britain

History Section

*Uma manifestação comunista na Grã Bretanha durante os anos 20*¹⁶



¹⁶ www.marxists.org/history/international/comintern/sections/britain/index.htm

Quanto ao PC Britânico, demasiado minoritário, contava praticamente com algumas centenas de adeptos estudantes da universidade (cerca de 500), com uma boa representatividade na comunidade dos estudantes judaicos do mesmo estabelecimento e alunos das escolas secundárias. Segundo Hobsbawm, a mais notável característica do PC na época é que ele podia se permitir ter entre seus quadros membros “intelectualmente brilhantes”. O partido seguia, de fato, uma política de recrutamento em direção aos seus jovens, aliciados nos liceus e nas universidades. Embora preocupado com a sua integração gradual na ação política, queria satisfazer sua prioridade de se dotar de elevados quadros com títulos acadêmicos. Hobsbawm cita que, mesmo durante a Guerra Civil espanhola, a direção do PC foi oposta à eventualidade de seus estudantes poderem juntar-se às Brigadas Internacionais, que lutavam na Espanha a favor dos republicanos. Contudo, esta prioridade de empurrar seus próprios jovens militantes e quadros a formar-se firmemente nas universidades não era realmente uma particularidade da linha política do PC britânico. Dotar-se de forças intelectuais era antes um fenômeno historicamente conhecido no movimento comunista internacional. Vários dos fundadores deste último, seus quadros e ideólogos eram dotados de grandes potenciais intelectuais. Pode-se citar Antonio Gramsci, ou ainda Rosa de Luxemburgo, entre outros. Vários intelectuais vão se transformar em comunistas por diversos outros motivos que lhes são próprios e que não resultam unicamente da vontade do movimento comunista em si. A observar rigorosamente o caso do PC britânico, observa-se que sua especificidade mais considerável estava no fato de ter somente intelectuais.

Praticamente minúsculo em termos de efetivos e sem nenhuma presença significativa nas filas da classe operária, o PC apresentava a imagem de um partido de quadros e não de massa. Esta particularidade vai lhe poupar, sobretudo, a pesada pressão soviética, em comparação com os outros PCs do continente, como é o caso dos da França e da Itália. O fato de ter um efetivo diminuto para os soviéticos deixará uma larga margem de manobra para os

Britânicos, em termos de debate intelectual e de produção teórica, embora continue a ser inegável que os soviéticos permaneciam influentes de uma maneira ou outra¹⁷. É assim que, em 1939, com o Círculo de Cambridge (este ajuntamento de vários intelectuais e cientistas, os quais muitos obtiveram seguidamente o prêmio Nobel), Hobsbawm recusa seguir Stalin que considera a guerra que começa como um conflito imperialista e que pede para os comunistas condenarem igualmente o fascismo e o capitalismo.

De fato, a atitude do partido em relação segunda à guerra sofreu mudanças repetidas e atravessou múltiplas contradições. Esta posição, que não se encontrava de acordo com a política de Stalin, foi alterada rapidamente. A brochura notória intitulada “Como ganhar a guerra” (*How to win the War*), de Harry Pollitt, foi retirada de circulação. Pollitt, o secretário geral do partido, e alguns outros líderes desculparam-se, declarando que falharam na definição da verdadeira natureza da guerra e foi adotada uma nova linha de oposição à “guerra imperialista”¹⁸.



Harry Pollitt (1890-1960)

Mais tarde, o PC britânico vai sofrer as varias crises, com efeito, da política soviética, como nos outros PCs do mundo. O apogeu destas crises ocorreu, indubitavelmente, com a invasão da Hungria em 1956, que foi estourar as filas do PC britânico, ocasião em que perdeu assim cerca de 21% de seus efetivos em todos os setores¹⁹.

¹⁷ HOBBSAWM, E : Revolucionarios,

¹⁸ <http://bataillesocialiste.wordpress.com/2008/04/03/le-parti-communiste-et-la-deuxieme-guerre-mondiale-spgb1970/>

¹⁹ MUNHOZ, Sidnei: Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson, Revista de História Regional, 2 (2): 153-185 1997. On line

1.3.2 O GRUPO DOS HISTORIADORES DO PARTIDO COMUNISTA BRITÂNICO (1946 - 1956)

Após o desencadeamento da segunda guerra mundial, Hobsbawm se junta ao exército britânico. Apesar de falar alemão, francês, espanhol e italiano fluentemente, foi afastado do trabalho de inteligência, para ir servir no corpo dos engenheiros reais e nos corpos educativos. Após a guerra, retornou à Universidade de Cambridge, onde fez um doutorado com uma tese sobre “A Sociedade Fabiana”, a única associação socialista totalmente distante do marxismo, que defendia a teoria da passagem gradual para o socialismo, apoiando-se sobre “o socialismo municipal”²⁰.

A partir de 1947, Hobsbawm tornou-se, por conseguinte, conferencista na universidade de Birkbeck e se junta, ao mesmo tempo, a Edward Thompson, Christopher Hill, Rodney Hilton, Raphael Samuel, George Rudé, John Saville, Dorothy Thompson, Edmund Dell, Victor Kiernan e Maurice Dobb, para constituir o grupo dos historiadores do partido comunista. À diferença do PC Francês, existiam no PCGB associações profissionais e culturais que atuavam em seus próprios domínios. O grupo dos historiadores já se mostrava notavelmente eficaz e registrava numerosos sucessos. Agrupava indistintamente professores, sem nenhuma distinção entre os que eram doutores e os que não o eram. Seu trabalho estava centrado na interpretação marxista da história inglesa e na sua politização, valorizando, assim, seus elementos progressistas. Tratava-se primeiro de “institucionalizá-la” e, seguidamente, de favorecer seu ensino nas escolas. Antes dessa época, a revolução inglesa do século XVII, por exemplo, foi tratada unicamente como um desvio temporário da grande continuidade²¹.

²⁰ <http://www.marxists.org/francais/engels/works/1893/01/fe18930118.htm>.

²¹ HOBBSAWM, E: « *le Problème n'est pas la Barbarie ou la Terreur* » entrevista realizada por Hazebroucq, Théophile, Nouvelles Fondations, N° 3-4, a consultar sobre o site : www.gabrielperi.fr

De um ponto de vista cronológico, a constituição deste grupo parece ser estendida sobre várias décadas, ao se considerar os trabalhos de Maurice Dobb, que fazia parte dele. Seu primeiro livro (*Capitalist Enterprise and Social Progress*) data de 1925.

Em 1940, Christopher Hill publicou “*a Revolução Inglesa de 1640*” e seguidamente, em 1947, editou “*Lenine e a Revolução Russa*”. Em colaboração com Edmund Dell, editou, dois anos após, a coleção de documentos sobre a guerra civil inglesa, “*a Boa Velha Causa*” (1949). Na mesma época (em 1946), Dobb publicou seu famoso livro “*Estudos sobre o desenvolvimento do Capitalismo*”²², que terá grandes impactos na evolução posterior do grupo. Este assunto será abordado com mais detalhes em outro momento deste trabalho. Em 1952, o grupo fundou o jornal *Past & Presente*, considerado parente dos *Anais*²³ na França. Durante os anos seguintes, o jornal traçou um caminho para a construção de uma nova abordagem das questões históricas, a partir de uma perspectiva marxista.

De outro lado, o grupo foi constituído de vários pesquisadores que a ele pertenciam em certo momento. Mas, o efeito intelectual que ele engendrou em relação ao desenvolvimento da pesquisa histórica na Grã-Bretanha e fora dela o ultrapassa em si e de longe. De um ponto de vista temático, pode-se se aproximar deste grupo a partir de suas preocupações de pesquisa. Parecia que havia certa divisão de trabalho entre seus membros, segundo eixos de pesquisa bem distintos, mas havia igualmente certa complementaridade. Aproximadamente, poderia evocar cinco principais linhas de orientação que enquadram, praticamente, o trabalho dos membros deste grupo:

²² Traduzido em português no Brasil sob o título de: “A Evolução do Capitalismo”. Circulo dos Livros. São Paulo. Sem data.

²³ *Les annales*: é a revista histórica fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, dois universitários de Strasbourg, e que foi chamada pelo nome dos Anais de história econômica e social. Hoje é intitulada *Annales, História, Ciências sociais* e editada pela Escola dos altos estudos em ciências sociais. Essa revista deu a origem à que foi chamada da Escola dos Anais, uma das principais escolas historiográficas francesas do século XX, cuja o mais popular representante é Fernand Braudel

- A primeira linha, iniciada por Maurice Dobb, em torno da questão da transição ao capitalismo;
- A segunda, dirigida por Rodney Hilton, que concerne ao feudalismo e ao campesinato inglês;
- A terceira, proposta por Christopher Hill, sobre a revolução inglesa;
- A quarta é a mantida por Eric Hobsbawm em torno das revoltas camponesas e os movimentos operários;
- A última é a de Edward Thompson, sobre a construção da classe operária.

Este corte que é baseado, de fato, numa interpretação de ordem metodológica de Harvey J. Kaye ²⁴ é somente indicativo a certos respeito, dado que todos esses autores reportam-se de uma maneira ou outra sobre uma mesma problemática.

Trata-se aproximadamente de retomar a obra de Marx onde ela foi parada, ou seja, numa perspectiva historiográfica. Marx nunca procurou escrever a História do capitalismo como um processo diacrônico. Tudo o que ele deixou neste sentido não excede aos dois elementos seguintes:

- A oitava seção do livro I do *Capital*, consagrada à acumulação primitiva (ou originária) do capital, mas que foi introduzida neste livro sem fazer parte da sua estrutura inicial ²⁵;
- Alguns escritos políticos como “18 Brumário”, “luta de classes na França”... etc., mas que podem ser considerados apenas parcialmente como escritos historiográficos.

Este grupo não tinha realmente outra escolha. Ser marxista e historiador de profissão na Inglaterra na época impunha certas tarefas primordiais e predeterminadas. De um lado, o

²⁴ KAYE, Harvey. J: Op. Cit.

²⁵ BLITMAN, Delphine: *Le Statut de la Science dans le Capital de Marx – Etude de la Section VIII du Livre I*. Actuel Marx n 17, 11/03/2003. www.netx.u-paris10.fr/actuelmarx.

trabalho de Marx, na explicação dos mecanismos do funcionamento do capitalismo, estava incompleto; faltava-lhe, designadamente, uma abordagem historiográfica. De outro, fazer a história do capitalismo a partir de condições bem específicas da Inglaterra, quer dizer fazer a história do surgimento do capitalismo na Inglaterra atribuía à tarefa um caráter estratégico em relação ao programa de investigação do marxismo pós Marx. Ninguém teria a capacidade de fazê-lo melhor do que os historiadores marxistas ingleses.

Contudo, tal programa de investigação não se referia somente ao marxismo em si, tinha outras repercussões sobre a História como disciplina. Na época, como hoje em dia igualmente, havia pré-requisitos a observar e condições a preencher.

A história tinha sua História, quer dizer, sua leitura como ciência, como produção acadêmica, suas tradições e seus métodos, e era necessário considerar o confronto que pode surgir por causa da oposição teórica entre diferentes maneiras de conceber e fazer a História. É exatamente isso que vai empurrar este grupo a coordenar seus esforços com as novas gerações de historiadores para por termo à hegemonia acadêmica da história econômica e social quantitativa (inspirada por Ernest Labrousse) e pelo positivismo. Tratava-se, por conseguinte de um projeto que liga vários elementos ao mesmo tempo: complementar Marx, enriquecendo-o; reescrever a história do capitalismo; fazer a história a partir dos “de baixo” e se opor às principais tendências da historiografia dominante.

A originalidade dos historiadores marxistas britânicos não reside no fato de que trabalhavam a partir de uma perspectiva que coloca no seu centro a análise de classe e a luta de classe construída como uma visão “por baixo” dos processos históricos. Sua originalidade é vinculada à modalidade concreta e singular de abordar uma análise em termos de classes indo para o concreto e enriquecendo-a com um material empírico, coisa que, na sua grande maioria, os historiadores marxistas não britânicos não tinham feito.

No caso dos marxistas britânicos, esta tendência corresponde quase espontaneamente à sólida tradição empírica anglo-saxônica. A historiografia marxista britânica é caracterizada, por conseguinte, por este esforço de síntese orgânica das teses originais de Marx com o material histórico concreto que a história inglesa fornece. E, embora a história construída “por baixo” não seja uma característica própria dos marxistas britânicos, dado que os *Anais* na França e o grupo de *History Workshop* de Raphael Samuel a praticaram igualmente, mas esta prática continuou a ser largamente atribuída aos britânicos agrupados no PC. Victor Kiernan, que fazia parte deste grupo, tinha abordado o problema diferentemente para tentar compreender porque esta maneira de fazer a história “por baixo” era largamente popular na Grã-Bretanha. Segundo ele, o desenvolvimento do capitalismo estava bem menor na França, na Espanha ou na Itália, e, por conseguinte uma oposição menos marcada entre as classes geraria uma história mais indeterminada. Em contrapartida, na Grã-Bretanha, uma industrialização mais importante e um grau mais elevado de desenvolvimento capitalista geraram este leque radical de correntes da história “por baixo”, que parece caracterizar a historiografia britânica do pós-guerra²⁶.

E é assim que, na perspectiva de entender as diversas propostas deste grupo de historiadores, foi necessário neste trabalho reunir alguns elementos básicos que, embora raros, fornecessem uma idéia menos global e mais nuançada sobre sua trajetória coletiva e individual.

A apresentação seguinte dos membros do grupo, retomando ao mesmo tempo o esquema proposto por *Kaye*, não se limita a ele certamente. Outros membros foram-lhe adicionados, enquanto que outros não foram mencionados, por falta de informações. É o caso nomeadamente de: Dona Torr, Louis Marks, Henry Collins, John Saville, Brian Pearce,

²⁶ AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio: Harvey J. Kaye, *The Education of Desire. Marxists and the Writing of History*. *Annales*, Année 1998, Volume 53, nº 2 p. 440 – 443.

Robert Browning, Leslie Morton, Dorothy Thompson, Edmund Dell, Victor Kiernan, entre outros.

1.3.3 MAURICE HERBERT DOBB (1900 - 1976)

Maurice Herbert Dobb, nascido aos 3 de Setembro de 1900 e falecido aos 17 de Agosto de 1976 em Londres, é um economista centrado na interpretação da teoria neoclássica de um ponto de vista marxista. É considerado pelas suas contribuições para a teoria do valor, para a teoria da planificação económica e pela sua análise do desenvolvimento económico soviético. É também o economista marxista mais influente da sua geração na Grã-Bretanha.

Dobb estudou primeiro a história no *Pembroke College* (Cambridge), em 1919, antes de voltar-se um ano mais tarde para a economia. Defendeu sua tese de doutorado em *London School of Economics* e tornou-se professor na Universidade de Cambridge, de 1924 até 1976, e no *Trinity College* (Cambridge), de 1948 a 1976.

Interessado muito cedo pela instauração do socialismo na União Soviética, Dobb viveu em Moscovo durante o verão de 1925, o que lhe deu a possibilidade rara de estudar diretamente a economia soviética a uma época onde este campo de estudo era quase desconhecido. A obra "*Russian Economic Development since the Revolution*", de 1928, foi o fruto desta investigação.

Para Eric Hobsbawm ²⁷, não há dúvida que a carreira de Dobb sofreu pelas suas tomadas de posição ideológicas e a sua longa pertença ao PCGB, em especial pelo fato que o período da sua mais forte produção científica ter coincido com os anos mais tensos da guerra fria.

A importância da obra de Dobb na constituição do grupo dos historiadores marxistas britânicos é estreitamente ligada ao debate que ela desencadeou em torno da problemática das

²⁷ HOBSBAWM, E: « Maurice Dobb », em Charles Hilliard Feinstein (ed.), *Socialism, Capitalism and Economic Growth. Essays Presented to Maurice Dobb*, Cambridge University Press, 1967, p. 8. A consultar sobre o site www.wiképedia

origens do capitalismo e seus desenvolvimentos ulteriores. Seu livro, "Estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo", publicado em 1946, poderia ser considerado a obra fundadora tanto deste debate como das outras reflexões que ela suscitou paralelamente ou seguidamente.

Neste livro, Dobb tentou ampliar e confirmar as hipóteses e as análises propostas por Marx em relação às origens e ao desenvolvimento do capitalismo e à industrialização como modo de produção historicamente específico.

O livro iniciou assim um debate interrompido sobre a questão vinculada à problemática da transição do feudalismo ao capitalismo, incluindo vários campos disciplinares como a economia, a sociologia e os estudos históricos do desenvolvimento, bem como a teoria marxista.

O livro de Dobb foi considerado por vários investigadores e críticos como uma contribuição original e decisiva na elaboração da teoria da determinação das classes sociais como estrutura em relação às relações de produção e aos processos de luta de classes.

O trabalho de Dobb foi concebido como um trabalho da história econômica ou ainda da economia histórica, e isto faz sua originalidade. Na sua época, havia poucos investigadores tanto pelo lado da economia como do lado da história que se interessavam a estabelecer qualquer relação que fosse entre as duas disciplinas. A segunda contribuição de Dobb neste livro corresponde a sua obstinação em considerar a análise econômica infrutífera, se ela não se baseia no estudo do desenvolvimento histórico.

A maior parte dos historiadores comunistas britânicos, formados durante os anos 40 e 50, sofreu a crucial influência teórica da obra de Dobb, sobretudo a vinculada ao seu livro "Estudos do desenvolvimento do capitalismo".

De fato, Dobb propôs no seu livro um modelo do modo da produção feudal, que passou a ser o ponto de referência teórica para todas as discussões seguintes sobre a transição do feudalismo ao capitalismo.

Dobb retomou as indicações de Marx, no *Capital*, que consideram o modelo inglês do desenvolvimento do capitalismo como “o caminho verdadeiramente revolucionário” que este último pode percorrer. Essa característica “revolucionária” evidencia que este modelo se baseou num processo de diferenciação de classe, em termos de direitos de propriedade, e a existência de uma verdadeira luta de classe.

Essa sugestão de Dobb terminou por definir todos os problemas históricos e teóricos, aos quais os outros historiadores marxistas se dedicaram durante vários anos²⁸.

Falando de Marx, tendemos freqüentemente a conceber sua “teoria” de história como estabelecida sobre três pilares: uma teoria de determinação de classe e luta de classe; uma teoria de desenvolvimento tecnológico; e uma teoria do Estado. E, dado que o Estado exige um excedente para funcionar, certamente, deve incluir uma economia política de mercados. Contudo, por razões políticas complexas e razões historiográficas, Dobb baseou o seu modelo unicamente na luta de classes.

Isto provocou duas fraquezas sérias na sua abordagem e nas dos seus discípulos quanto à transição do feudalismo ao capitalismo. Primeiro, o modelo de Dobb foi concebido essencialmente para explicar a transição ao capitalismo, quer dizer, para explicar porque o modo da produção feudal era destinado a fracassar em crises gerais “vagamente datadas entre o décimo quarto e o décimo sétimo séculos²⁹”.

Dobb argumentou que esse malogro foi provocado por desânimos sistemáticos que tocaram a acumulação do capital e a inovação, incluindo sobre exploração rural; mas não

²⁸ Vis-à-vis da influencia de Dobb sobre o grupo dos historiadores do partido comunista, ver Hobsbawm, ‘*The Historians Group*’, em R. Brenner, ‘Dobb on “*The Transition from Feudalism to Capitalism*”, Cambridge Journal of Economics, 2 (1978), 121–40.

²⁹ A ambigüidade de Dobb em relação à cronologia provocou as críticas iniciais de Paul Sweezy.

pôde dar uma explicação convincente quanto ao fato de que o modo de produção feudal tivesse sido capaz de expansão, territorialmente, econômica e tecnologicamente, para mais da metade de um milênio antes da sua crise.

A segunda fraqueza do modelo de Dobb relaciona-se ao fato de que ele se baseou principalmente na história inglesa para elaborá-lo. Havia boas razões de proceder assim, tendo em conta a natureza paradigmática mesmo da Inglaterra, em Marx, na sua abordagem da questão da transição ao capitalismo, e o estado da investigação histórica, quando Dobb começou a escrever.

Mas, a restrição da discussão sobre a transição apenas ao caso inglês e na história inglesa ajudou a mascarar as dificuldades de se basear unicamente numa análise estritamente fundamentada na noção de classe, em detrimento da problemática marxista do desenvolvimento desigual.

Duas questões críticas não foram feitas. Primeiro, porque a transição ao capitalismo foi produzida originalmente na Europa ocidental, sabendo-se que outras regiões, principalmente na Ásia, foram previamente mais avançadas economicamente? ³⁰ E, em segundo lugar, porque a economia inglesa, entre 1400 e 1700, fora primeiro capaz de recuperar e exceder regiões européias continentais previamente mais avançadas? ³¹

Paradoxalmente, os estudos de Dobb ofereceram uma demonstração convincente de que uma análise puramente baseada na noção de classe não poderia fornecer uma explicação satisfatória à superioridade do modo da produção feudal europeu, em comparação com seus rivais, e justificar porque, apesar disto, o feudalismo não se desenvolveu ao mesmo ritmo e na mesma direção.

³⁰ WALLERSTEIN, Immanuel: "*L'Occident, le Capitalisme et le système-monde moderne*". *Sociologie et sociétés*, vol. 22, n° 1, avril 1990, pp. 15-52. Montréal: PUM, p. 6.

³¹ Idem

Para responder a questões históricas comparativas desse gênero, teria sido necessário apresentar os dois pilares da análise marxista que eram ausentes do trabalho de Dobb (e igualmente do de Hilton): uma teoria do desenvolvimento tecnológico e uma economia política dos Estados e dos mercados ³².

1.3.4 CHRISTOPHER HILL (1912- 2003)

Christopher Hill, filho de um advogado, nasceu em York aos 6 de Fevereiro de 1912. Os seus pais eram metodistas e reconheceram mais tarde que isto teve uma influência importante sobre o seu desenvolvimento político.

Uma vez na escola, a sua capacidade escolar era tão evidente que foi recrutado por Vivien Galbraith, um professor da universidade de Balliol, à idade de dezesseis anos.

Hill, já marxista, foi admitido na Universidade de Oxford. E, em 1935, filiou-se ao partido comunista, para efetuar mais tarde um ano de estudos na União Soviética. Ao seu regresso, atuou como conferencista auxiliar no centro de ensino superior. Após dois anos, trabalhou em Balliol como tutor de história moderna.

Após longas discussões com A.L. Morton, Hill editou o seu artigo influente, "A revolução inglesa 1640" (em 1940) ³³.

Em 1940, Hill foi mobilizado pelo exército britânico, onde serviu como tenente antes de tornar-se um comandante nos corpos de inteligência. Em 1943, foi enviado para trabalhar no serviço exterior britânico, onde permaneceu até o fim da guerra.

Após a guerra, Hill juntou-se ao grupo dos historiadores do partido e, em 1947 editou "*Lênin e a revolução russa*". Dois anos após, editou com Edmund Dell a coleção de

³² EPSTEIN, S.R.: « *Rodney Hilton, Marxism and the Transition from Feudalism to Capitalism* » in « Rodney Hilton's Middle Ages ». Past and Present (2007), Supplement 2, pp 249- 256

³³ HILL, Christopher: *A Revolução Inglesa de 1640*. Editorial Presença, Lisboa. (sem data).

documentos sobre a guerra civil inglesa: a boa velha causa (*The Good Old Cause*) (1949). Em 1956, como muitos outros historiadores marxistas, Hill deixou o partido comunista.³⁴

Após sua aposentadoria como professor na universidade de Balliol, Hill trabalhou como professor visitante no centro nacional de ensino por correspondência.

A predominância incontestável de Hill na história da revolução inglesa pode ser atribuída à sua produção prolífica de livros e de artigos, à sua participação contínua nos debates e discussões com outros historiadores e à amplitude do seu estudo, abraçando a história da literatura, a lei, assim como a religião e as ciências econômicas.

De fato, seu trabalho fixou a ordem de trabalho e a norma pela qual todos os historiadores do período deveram dirigir-se, apoiando-se ou se opondo aos seus métodos e interpretações. Sobretudo a inspiração que soube tirar do marxismo que permaneceu é o elemento mais notável desse trabalho. Esse historiador foi de fato produto da tradição radical britânica e fez mais que todos os outros para estabelecer o marxismo como central nesta tradição.

A revolução inglesa teve lugar numa cultura dominada por idéias religiosas e por uma língua religiosa, e Hill considerou que era seu dever descobrir o contexto social da religião, a fim de compreender a especificidade desta revolução, como momento decisivo, e, como marxista, para verificar as correlações entre os aspectos intelectuais e sociais do período.³⁵

Christopher Hill editou vários livros durante a sua carreira sobre diferentes aspectos da revolução Inglesa

Christopher Hill morreu aos 24 de Fevereiro de 2003.

1.3.5 RODNEY HILTON (1916- 2002)

³⁴ STEVNSON, Graham : *Compendium of Communist Biography by Surname*. In: Communist Party of Great Britain, Britain History Section, M.I.A. Library. www.marxists.org

³⁵ MANNING, Brian, *Socialist Review*, março de 2003. In :www.spartacus.schoolnet.co.uk/Pcommunist.htm

Rodney Hilton nasceu em Middleton no Lancashire, aos 17 de Novembro de 1916. Foi criado numa família de unitários ativos no partido trabalhista independente. Formou-se em *Manchester Grammar School*, em Manchester, seguidamente em Balliol Colégio, na universidade de Oxford, onde encontrou Christopher Hill e Denis Healey. Durante os seus estudos, juntou-se ao partido comunista.

A sua tese do doutorado consistia num estudo da economia rural de *Leicestershire*, entre o século XII e XV.

Durante a segunda guerra mundial, Hilton juntou-se ao exército britânico e serviu na África do Norte, na Síria, na Palestina e na Itália. Após o seu regresso, começou a ensinar na universidade de Birmingham, onde ficou durante 36 anos. Após a guerra, Hilton como comunista, tomou parte na constituição do grupo dos historiadores do partido. Em 1950, editou com H. Fagan um livro de inauguração para os trabalhos desse grupo: "*A revolta de 1381*".

E como a maior parte dos seus camaradas historiadores, pôs termo à sua adesão ao partido após os acontecimentos da invasão da Hungria em 1956.

A luta de classe e a autodeterminação pela luta eram centrais no marxismo de Hilton, como refletido pelo menos em dois de seus livros e pela coletânea dos seus ensaios³⁶. Reuniu uma boa documentação sobre as lutas e as resistências rurais contra a exploração dos proprietários, restabelecendo assim o feudalismo não como uma ordem social estável e estática, mas como ordem contradição, em conflito e movimento.

Havia dois objetivos na tentativa de Hilton de documentar o conflito de classe de maneira completa:

³⁶ Ver HILTON e FAGAN, H: *The English Rising of 1381* (1950); Hilton: *Bond Men Made Free: Medieval Peasant Movements and the English Rising of 1381*, (1973) Hilton, *Class Conflict and the Crisis of Feudalism. Essays in Medieval Social History*, (1985).

Por um lado, Hilton exprimiu as apreensões, existentes há muito tempo entre os historiadores de esquerda e não conformistas britânicos, relativas à problemática “do conhecimento” sobre o conflito de classes e a autodeterminação dos trabalhadores, dos pobres e privados; num certo tipo de história do fundo ou de história por baixo.

Esta tradição da história, do trabalho e do populismo comunista, que foi confirmada fortemente por *Dona Torr*, ficou demasiado influente no grupo dos historiadores comunistas e ajudou a dirigir as preocupações intelectuais destes para “a longa história da democracia popular na Inglaterra”, e, em especial, para a importância do período no qual os pequenos produtores comerciais perderam o controle dos seus meios de produção.

Por um lado, Hilton seguiu a controvérsia de Dobb relativa à transição do feudalismo ao capitalismo na Grã-Bretanha, como o resultado da luta persistente em torno dos preços dos arrendamentos (excedente econômico) entre os proprietários e os camponeses.

A luta relativa aos arrendamentos provocou tanto a ejeção do campesinato auto-suficiente de sua terra na idade média tardia, como provocou a aceleração do processo da diferenciação social em benefício de uma fração de camponeses ricos (o futuro *yeomanry* rural), que produzia cada vez mais para o mercado e que se especializou na produção de produtos vendáveis.

Finalmente, a luta de classe provocou o capitalismo agrário e os mercados concorrenciais e, com ela, geraram-se os capitalistas vendedores e compradores: a luta de classe teria explicado a transição futura ao capitalismo industrial.

Cerca de vinte anos após, o debate foi efetuado, ultimamente, sob novas ópticas, com Robert Brenner, em 1976, no famoso debate sobre a origem da transição que leva sempre seu nome próprio.

Rodney Hilton morreu aos 7 de Junho de 2002.

1.4.5 EDWARD THOMPSON (1924- 1993)

Edward Thompson, filho de missionários metodistas, nasceu em Oxford em 1924. Estudou a história no *Corpus Christi College*, na universidade de Cambridge. Os seus estudos foram interrompidos pela segunda guerra mundial, durante a qual fez parte do exército britânico na Itália.

O seu irmão, Frank, foi morto lutando com os partidários búlgaros contra os fascistas. Edward foi marcado por este fato para o resto da sua vida e dedicou um livro à memória do irmão.

Em 1948, Thompson tornou-se conferencista em história na universidade de *Leeds*. Durante 17 anos, trabalhou como conferencista suplementar. Mais tarde, juntou-se ao centro dos estudos da história social na universidade de *Warwick*.

Após o 20º congresso do PC soviético, entrou em conflito aberto com a direção do partido comunista britânico para se demitir. Mais tarde, ficou ativo no partido trabalhista.

Em 1957, Thompson participou na formação da campanha para o desarmamento nuclear (CND), apoiando outros, como J.B. Priestley, Bertrand Russell. No protesto contra o que se passava na universidade de *Warwick*, Thompson demitiu-se do seu posto em 1971.

De fato, E.Thompson representou uma trajetória intelectual excepcional em comparação com a maior parte dos historiadores do PC britânico.

Politicamente falando, era mais ativo. Hobsbawm, numa entrevista, reconhece este aspecto, comparando o perfil político de Thompson com o de Noam Chomsky ou ainda de Pierre Bourdieu³⁷. Uma espécie de intelectual orgânico, de acordo com a velha fórmula de Gramsci.

³⁷ HOBBSAWM, E: Tempos Interessantes. Op. cit., p. 242.

De fato, é Thompson que pode ser tido como principal protagonista da rebelião no PC britânico. Ter-se-á certamente que retornar a isto, mais em detalhes, posteriormente, mas uma observação de avaliação geral se impõe.

A posição de Thompson traduziu, com efeito, um sentido agudo no entendimento do processo histórico, mesmo nos seus aspectos mais conjunturais e movimentados. Quer dizer que ele soube que devia posicionar-se no momento e contra o momento, e a história ulterior do PC deu-lhe razão. Este último desapareceu da cena política britânica bem antes do desaparecimento de Thompson.

Primeiramente, sua posição denota que não era pessoal (para não dizer subjetiva), ou mesmo individual (de fato, eram dois), mas uma manifestação de uma tendência coletiva que fará apenas confirmar-se em seguida, durante os acontecimentos que vão se suceder. Todos os historiadores do PC, exceto Hobsbawm e Dobb, vão se demitir alguns meses depois que Thompson o já tinha feito.

Em segundo lugar, sua demissão do PC não o conduz a uma reversão para a direita, já que continuou a ser fiel às suas convicções de esquerda e à classe operária, com a qual realizou um trabalho de educação política básica, através dos famosos clubes de *New Left Review*, que se transformaram numa verdadeira rede de agitação política, (contavam-se mais de 30 clubes).

Em terceiro lugar, a posição que ele defendeu, fortemente crítica contra o stalinismo, não foi limitada em sua própria característica política, mas ela a excedia para um reposicionamento teórico dentro do próprio marxismo. Houve uma diminuição na questão profunda dos velhos esquemas marxistas relativos às relações entre a infra-estrutura e a superestrutura. A rejeição integral do determinismo econômico o conduz a propor a um novo modelo de interpretação.

Thompson ia juntar-se, ao mesmo momento, a uma ala marxista internacional dita “marxismo humanista”, que propunha uma alternativa teórica e política que ultrapassa a fossilização intelectual e política do movimento comunista internacional.

Esta nova tendência compunha-se dos nomes seguintes: Erich Fromm, Herbert Marcuse, Raya Dunayevskaya, Ernst Bloch, T.B. Bottomore, Lucien Goldman, Maximilien Rubel, Eugene Kamenka, Oskar Schatz, Irving Fletcher, Mathilde Niel, Ernst Florian Winter, Wolfgang Abendroth, Norman Thomas, Richard Titmus, Bertrand Russell, Stephen King Hall, Paul Medow, Danilo Dolci, Umberto Cerroni, Galvano Della Volpe, C. Wright Mills. E o grupo “New Left Review” de E.P. Thompson, Raphael Samuel, Raymond Williams, Stuart Hall, Ralph Miliband, Alasdair MacIntyre, Isaac Deutscher e John Saville.

Dos países comunistas, participaram Predrag Vranicki, Gajo Petrović, Mihailo Marković, Veljko Korać, Danilo Pejović, Rudi Supek, Karel Kosík, Ivan Sviták, Milan Průcha, Adam Schaff, Bogdan Suchodolski, Marek Fritzhand, Bronislaw Baczko, Rudolph Bahro, e Léopold Senghor e Nirmal Kumar Bose (dos países do Terceiro mundo)³⁸.

Thompson participou igualmente de forma ativa dos debates que iriam rasgar, praticamente, a nova esquerda inglesa, a partir dos anos 60, e que tiveram seqüências de ordem intelectual importantes.

Entrou em debate conflituoso aberto com Perry Anderson, que esteve na época na direção de *New Left Review*, no que diz respeito à crise da conjuntura política na Grã-Bretanha. Deste debate, emerge o famoso ensaio Thompson, intitulado “*The Peculiarities of The English*”.

De fato, as relações entre os dois pioraram desde então. O seu conflito sobe, inicialmente, aos anos fundadores da *New Left Review*, que em seu início foi fundado por Thompson e outros, retomada por Anderson que lhe alterou simplesmente a linha editorial.

³⁸ A consultar sobre o site: www.marxists.org/subject/index/Marxist_Humanism_and_the_“New_Left”

Mas o problema era igualmente de ordem intelectual, ligado a uma profunda divergência na análise marxista dos fatos históricos.

As suas principais contribuições teóricas versavam, essencialmente, sobre a revalorização dos movimentos populares considerados velhos pelos esquemas marxistas como sendo pré-políticos ou apolíticos, porque não apresentam as características dos movimentos organizados sob a forma de sindicatos ou partidos.

Teve ainda uma contribuição essencial na reconsideração dos fatores culturais e morais como sendo determinantes na explicação dos fenômenos históricos. A este respeito, certas críticas o consideram “culturalista” mais que marxista, ou ainda como “um historiador das mentalidades”³⁹.

Gastou o resto da sua vida como embaixador para a paz no mundo. Deixou uma grande herança constituída de vários escritos, artigos e uma série de livros.

Edward Thompson morreu em 1993.

1.4.6 GEORGE RUDÉ (1910-1993)⁴⁰

George Rudé nasceu em 1910. Após a guerra, participou da constituição do grupo dos historiadores do partido comunista.

Como membro do partido, foi perseguido pelas autoridades e não podia obter, por conseguinte, emprego algum no sistema universitário. Foi, durante muitos anos, um professor das línguas modernas nas escolas secundárias na Inglaterra. Mais tarde, pôde ensinar em universidades na Austrália e no Canadá.

George Rudé morreu em 1993

1.4.7 RAPHAEL SAMUEL (1934- 1996)

³⁹ MUNHOZ, Sidney: Op., cit, p. 7.

⁴⁰ A consultar sobre o site : www.spartacus.schoolnet.co.uk/Pcommunist.htm

Raphael Samuel, filho de judeus, nasceu em Londres, em 1934. Estudou na universidade de Balliol, Oxford, onde Christopher Hill era seu professor.

Samuel, que se tornou marxista, integrou o partido comunista, e se juntou, por conseguinte, ao grupo dos historiadores do partido, desde sua criação. Ele virou professor na universidade de Ruskin, Oxford e, em 1967, criou o movimento de "atelier de história" (*History Workshop*). Desempenhou igualmente um papel importante na vida do periódico deste atelier que começou a aparecer em 1975 (*History Workshop Journal*).

Os "Memoriais" duradouros, de Raphael Samuel, foi o trabalho que inspirou gerações de estudantes, ensinados por ele na universidade de Ruskin, Oxford, de 1962 a 1996, e através do atelier de história, sob seus modos multiformes de conferências anuais, redes locais e federações - que se propagaram através da Europa e da Escandinávia - e pelo seu periódico. A perspectiva de Samuel foi uma coalizão permanente entre trabalhadores, historiadores e investigadores socialistas, que operou por mais tempo.

Gareth Stedman-Jones considerou, em um necrológio dedicado a Raphael Samuel, que este último soube estabelecer uma cartografia, melhor que qualquer outro, do aumento desesperado do trabalho duro de cada ramo da indústria, provocado pelo capitalismo industrial da era Vitoriana (sobre a terra tanto quanto na fábrica) ⁴¹.

Raphael Samuel era um dos historiadores no seu país que apoiavam a tentativa de recuperar ativamente a história das pessoas comuns e os seus movimentos. De várias maneiras, dava um passo adiante oposto às ortodoxias antes rígidas das histórias marxistas mais mecânicas. Samuel alimentou diretamente a reavivagem das idéias socialistas após 1968 e o nascimento do movimento de mulheres, no qual a conferência de atelier de história, de Novembro de 1968, desempenhou um papel de organização central.

⁴¹ STEEDMAN Carolyn, *Radical Philosophy* (Marco de 1997). In: [www.spartacus.schoolnet.co.uk.Pcommunist.htm](http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/Pcommunist.htm)

Samuel criticou violentamente os socialistas com quem era em desacordo. A discussão foi abordada em uma coletânea de artigos que ele escreveu sobre o partido comunista dos anos 40 e 50, em *New Left Review*, sob o título “O mundo perdido do comunismo britânico”. Foi uma tentativa de escrever uma história por baixo, porque era membro de PCGB, antes de 1956, enquanto que outros a perceberam como um ataque contra qualquer tipo de ativismo político de esquerda.⁴²

Raphael Samuel morreu do câncer aos 9 de dezembro de 1996.

⁴² FLETT Keith, *Socialist Review* (Janeiro de 1997). In: www.spartacus.school.net.co.uk. Pcommunist.htm

CAPÍTULO II: CAPITALISMO, AGRICULTURA & CAMPEPINATO

Ao contemplar a carreira muito fértil de E. J. Hobsbawm é notável que passasse bastante tempo a estudar, de maneira muito inovadora, os movimentos dos quebradores de máquinas no início da Revolução industrial, o banditismo social, “o longo século XIX” (1789-1914) e “o curto século XX” (1914-1991), a invenção dos Estados-nações, as identidades nacionais etc. Tendo em conta tal fato, parece bastante delicado delimitar minuciosamente a totalidade dos campos de pesquisa onde propôs análises e, por conseguinte, os pontos de vista. Há nítidas dificuldades em estabelecer, nesse caso pelo menos, com exatidão, quer o conjunto de sua obra, quer tudo que ele editou desde 1947.

Seria, assim, um equívoco avançar na proposta para uma avaliação dos seus trabalhos relativos à temática do campesinato; limitar-se, por conseguinte, às obras mais conhecidas a esse respeito.

Cronologicamente, o mais velho texto de Hobsbawm que se pronuncia sobre a questão, é “Rebeldes Primitivos”, editado como livro em 1959. Não se conhece outro texto antes deste. A posição de Hobsbawm a respeito da questão camponesa parece bem resumida num dos seus textos conhecidos: “A Era dos Extremos”, traduzido em 37 línguas e tirado em 80000 exemplares. Neste texto, embora não seja inteiramente consagrado à questão, Hobsbawm expõe sua posição geral que o caracteriza em relação a outros autores. Para ele, como foi desde o início de sua reflexão sobre o assunto, o campesinato é condenado historicamente a desaparecer.

Certamente, não lhe falta argumentos, pois não é o tipo de pensador que se engaja facilmente sobre uma via sem poder, mais ou menos, assumi-la. Neste texto, Hobsbawm expõe seu ponto de vista do seguinte modo:

“A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato”⁴³.

Esta é uma conclusão bastante taxativa certamente. E Hobsbawm apresenta uma série de dados, nomeadamente de ordem estatística, que demonstram ou apóiam a validade desta conclusão e numa escala internacional.⁴⁴

Alguns podem imediatamente lançar uma crítica ousada dizendo que as estatísticas apresentadas não são bastante suficientes para chegar a tal conclusão. As estatísticas não falam por si mesmas, mas sofrem, em consequência, interpretações que podem ser totalmente contraditórias. Outros, encontrando-se na impossibilidade técnica ou metodológica de desconstruir esta conclusão a partir da mesma base de dados, podem persistir na negação desses “fatos”, por outras razões que não têm nada a ver com estes “fatos”.

E como poderíamos nós interpretar essa posição do autor?

Pode-se sugerir algumas propostas a esta questão:

1. Dizer que Hobsbawm não é realmente um especialista da questão camponesa, que ele tratou essa última de maneira acessória, daí ter-se satisfeito em reafirmar uma posição doutrinal.
2. Ou então dizer que ele se baseou na suas conclusões, principalmente, no caso inglês, caso em que o campesinato desapareceu efetivamente, mas que permanece sendo um caso e apenas o único.
3. Ou ainda dizer que Hobsbawm reage a um debate, mas usando uma noção de campesinato, sobre a qual nenhum consenso tenha sido constituído, e sobre o que este noção significa.

⁴³ HOBBSAWM, E: A Era dos Extremos. Op, cit. p. 284.

⁴⁴ Anthony Giddens assume também esses dados, ver: GIDDENS, Anthony: Sociologia. 4ª Edição. Artmed Editora S.A. Porto Alegre, p.48.

Não é certamente objetivo desta dissertação julgar as competências intelectuais de Hobsbawm, mesmo no que diz respeito à qualidade das suas contribuições no debate sobre a questão camponesa.

Com relação à possibilidade de ele ter se baseado apenas no caso inglês para extrair suas conclusões, ter-se-á, talvez, a ocasião de iluminar alguns aspectos mais a frente neste trabalho. Aqui faz-se necessário tentar determinar o significado do campesinato e ver depois como Hobsbawm o entende e usa.

2.1 O DEBATE SOBRE O CAMPESINATO

Primeiro Momento: Campesinato, uma autárquica local

O primeiro a descobrir o campesinato como realidade social específica ou particular é o etnólogo americano **Robert Redfield** que constatou, durante suas investigações no México, que os camponeses mexicanos não tinham nada conjuntamente como os "nativos primitivos". Este autor Publicou no fim da sua vida, em 1956, dois pequenos livros: "*Peasant societies and culture*" e "*The little Community*", nos quais descrevia as principais características do que, segundo ele, é a sociedade camponesa. Deste modo, ele incentivava seus colegas a empreender investigações sobre as diferentes formas de sociedades camponesas, na perspectiva de estabelecer "uma ciência comparativa dos campesinatos".

« Dans la perspective de l'étude comparée des sociétés, les groupes paysans occupent une position stratégique ; ils représentent en quelque sorte un moyen terme dans l'équation de la culture et de la civilisation. D'une part, ils ressemblent aux peuples primitifs auxquels s'intéresse tout particulièrement l'ethnologue ; d'autre part, ils font partie de ce monde moderne

urbanisé dont l'étude constitue la préoccupation principale de la plupart des sociologues américains. »⁴⁵

De fato, Redfield procurava descobrir as características estruturais do campesinato a partir do seu formato reduzido de autarquia local. Uma coletividade restrita e autárquica, com suas hierarquias próprias e sua homogeneidade cultural, mas que é, ao mesmo tempo, dependente de uma sociedade mais ampla, a qual lhe impõe as suas regras, seu poder e toma uma parte das suas riquezas.

Para Redfield, as sociedades pré-industriais não foram todas “camponesas”. Nesse sentido, opunha as características do campesinato às características das sociedades que chama de “selvagens”, porque estas últimas são inteiramente auto-suficientes, enquanto que as camponesas são sujeitas a uma sociedade mais global, sem perder, portanto seu caráter autônomo. Por consequência, se não tem cidade, feudalidade, não tem campesinato, mas apenas sociedades agrárias ou “primitivas”, e por isso ele atribuiu o caráter agrário às sociedades antigas. Nestas sociedades, a existência dos escravos inculcava à economia um caráter totalmente diferente da economia familiar camponesa.

Este autor tirou a mesma conclusão quanto às sociedades islâmicas e a maioria das sociedades africanas, enquanto que os impérios orientais, qualquer que seja sua dimensão, eram fundados sobre campesinatos típicos. O caso da China é então a ilustração ideal.

Segundo Mendras, a argumentação de Redfield, de tipo estruturalista, tomou o aspecto de uma descoberta científica, na medida em que estabeleceu um axioma com fortes consequências lógicas e metodológicas. Rejeitando inteiramente todas as descrições de caráter ideológico que especulavam sobre “a alma” ou “a raça” camponesa, Redfield tem criado um critério meramente objetivo para identificar o campesinato.

⁴⁵ Redfield, Robert : La société canadienne française, pp. 69-73. Montréal : Les Éditions Hurtubise HMH ltée, 1971, 404 pp. [Version française de l'Introduction de Robert Redfield à l'ouvrage de Horace Miner, *St. Denis, A French-Canadian Parish* (Chicago, The University of Chicago Press, 1939, XIII - XIX).]

Mesmo o critério ligado ao trabalho da terra foi afastado da sua argumentação, dado que é um critério compartilhado. As sociedades ditas “agrárias” que não são camponesas se fundam igualmente sobre a cultura do solo.

Uma das conseqüências essenciais da descoberta de Redfield é que ele soube demonstrar a inutilidade de um conjunto de “dicotomias”, que dominavam a antiga sociologia, a partir de Tönnies, e foram retomadas por Friedmann (meio natural, meio técnico), pelo próprio Redfield (Folk, urban) e pela maioria dos sociólogos da época, sob os vocábulos de “tradição” e “modernidade”.

De fato, este tipo de reflexão “dicotômica” opera por graves erros metodológicos, no momento em que pressupõe que, se um dos seus componentes é positivo, o segundo deve ser necessariamente negativo. Trata-se de uma falsa simetria de pura abstração e que não dispõe de nenhuma matéria histórica original.

Se todas as sociedades que procederam foram qualificadas de tradicionais, não tem mais distinção a fazer entre o império chinês e as tribos africanas ou australianas etc. Era necessário, por conseguinte, operar a análise das sociedades pré-industriais com base na sua variedade.

Segundo Momento: Campesinato, mais feudalidade e burguesia.

Numa resposta à tese de Redfield, **Georges Duby** respondia em 1962 pela publicação da sua obra magistral: *l'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*. De fato, Duby trazia uma confirmação decisiva à tese de Redfield afirmando que antes do ano 1000, a Europa era inteiramente agrária. Para esse autor, o campesinato, no sentido dado por Redfield, começou a aparecer unicamente com o aparecimento da feudalidade e das cidades, e com o desenvolvimento do comércio de longa distância.

Duby passou de uma análise comparativa de caráter sincrônico para uma outra de tipo diacrônico, que analisa os mecanismos de mudança pelos quais o campesinato permaneceu o

mesmo num universo variável. De acordo com ele, o desenvolvimento técnico da agricultura a partir do século X foi a condição do desenvolvimento da feudalidade e, seguidamente, das cidades. As formas de organização entre a economia camponesa, a economia feudal e a economia comercial provocaram o nascimento de uma “classe” intermediária, as burguesias, que iriam desempenhar um papel dinâmico na transformação da feudalidade e do campesinato, e na aparição de uma economia proto-capitalista e de um poder monárquico.

Contudo, o campesinato continuava a viver de acordo com sua lógica, que ficou inalterada até a segunda revolução técnica de século XVIII. Assim, Duby confirmava os propósitos de Redfield: o campesinato pode coabitar com diferentes formas de sociedades que o englobam conservando, ao mesmo tempo, sua autonomia relativa e sua lógica.

A potente síntese de Duby era apoiada por materiais novos, graças a numerosas monografias regionais e a diferentes períodos da Idade média, sobretudo a mais teorizada, “*os camponeses do Languedoc*”, de E. Roy Ladurie (1966). A aparição das cidades e a burguesia eram igualmente o objeto de várias monografias e em diversas épocas.

Por uma singular coincidência, nessa mesma época, Basile Kerblay e Daniel Thorner traduzem, em 1966, o livro fundamental de Tchayanov: *A organização da economia camponesa*.

Terceiro Momento: A Utilidade econômica camponesa e sua lógica interna

Historicamente, Tchayanov é o verdadeiro iniciador “da ciência do campesinato”, dado que seu livro foi publicado na Rússia, em 1924, mas o stalinismo fez com que ele desaparecesse das bibliotecas e das memórias durante meio século. As teses de Tchayanov tinham por fundamentos, um material estatístico considerável acumulado pelas assembléias

provinciais russas (os Zemstvos) - que dispunham de diversos serviços agrônômicos e de contabilidade de exploração - durante os últimos anos do czarismo, após Stlypine⁴⁶.

Liderados por Tchayanov, um grupo de estudiosos da economia agrária em Moscou reuniu agrônomos de tendência populista, sem que sua tendência ideológica impedisse-os de analisar o modo de gestão e a lógica econômica do campesinato, que se revelou radicalmente diferente da lógica da contabilidade capitalista. A visão de Tchayanov baseava-se numa distinção teórica quanto aos modos de análises diferenciados que é necessário respeitar quando se trata de apreender as realidades diferentes. Isto significa dizer que as categorias analíticas utilizadas no estudo da economia capitalista não são igualmente válidas para outros tipos de economias. Para ele, todos os elementos básicos que servem no estudo do capitalismo, renda fundiária, capital, preço, lucro, trabalho assalariado etc., não podem servir para entender o funcionamento do imenso setor da produção agrícola, que repousa na sua maior parte sobre a economia familiar.

Na sua proposta política às autoridades soviéticas, durante o período da Nova Política Econômica (NEP), Tchayanov priorizava o desenvolvimento da agricultura de maneira a enriquecer os camponeses ao máximo para seguidamente retirar das suas produções o financiamento da indústria. Os soviéticos fizeram exatamente o contrário⁴⁷.

Quarto Momento: As condições da existência do campesinato

⁴⁶ Stlypine, Piotr Arkadievitch (1862-1911): foi o Primeiro ministro czar Nicolas II da Rússia de 1906 a 1911. A sua ação consistiu essencialmente a lutar contra os grupos revolucionários e instaurar uma reforma agrária. Stlypine esperava através das suas reformas melhorar a condição camponesa nomeadamente criando uma classe de pequenos proprietários favoráveis à economia de mercado. Procurando acalmar a agitação dos camponeses, desejava, além disso, reforçar a estabilidade do regime. É frequentemente citado como um dos últimos grandes homens da Rússia imperial, com um programa claramente definido e uma determinação de empreender reformas importantes.

⁴⁷ MENDRAS, Henri : *l'Invention de la Paysannerie. Un moment de l'histoire de la sociologie française d'après-guerre*. Revue française de sociologie, n° 3, volume 41, année 2000. pp. 539-552. A consulter sur : www.persee.fr.

Para **Daniel Thorner**, outro grande especialista da questão camponesa (estava nomeadamente por trás da redescoberta dos trabalhos de Tchayanov), pode-se falar de economia camponesa apenas quando se preenche inteiramente as cinco condições seguintes:

1. A metade, ou mais, da produção total for agrícola;
2. A metade, ou mais, da população ativa for comprometida na agricultura;
3. Existir uma potência pública organizada (por oposição a uma estrutura tribal enfraquecida ou feudalidade descentralizada);
4. Existir uma diferença marcada entre a cidade e o campo, por conseguinte, aglomerações importantes, ou, pelo menos, um mínimo de população urbana; e
5. A metade, ou mais, da produção agrícola resultar do trabalho de famílias camponesas, cultivando suas terras principalmente com o concurso dos membros da sua família ⁴⁸.

De fato, numa perspectiva comparativa, Thorner opera uma análise de seis casos de economias camponesas, a saber, a Rússia czarista, a Indonésia, a Índia, o Japão (até a primeira guerra mundial), o México (entre as duas guerras) e a China contemporânea. Em termos de modos de produção como propostos por Marx, Thorner pensa que a economia camponesa coincide com o modo de produção feudal, como coincide igualmente com o modo de produção “asiático”. Além disso, Thorner pensa que esta economia pôde estender-se por longos períodos históricos, caracterizados por Marx como marcados pela pequena agricultura camponesa, e que esse último considera como fases de transição de um modo de produção a outro.

Para ele, as “economias camponesas” existiram bem antes da feudalidade, prolongaram-se paralelamente a ela e efetivamente, após dela, para se perpetuarem no mundo contemporâneo⁴⁹.

⁴⁸ THORNER, Daniel: *L'Économie Paysanne. Concept pour l'Histoire Économique*. Les Annales, 19^{ème} année, numéro 3, mai-juin 1964, pp. 417- 432. A consulter sur ; www.persee.fr.

⁴⁹ Idem, p. 432.

Mas, em todos os casos, a economia camponesa, como definida por Thorner, deve necessariamente responder aos cinco critérios já mencionados, o que evidencia que praticamente **este tipo de economia não existe mais e, por conseqüência, o próprio campesinato!**

Quinto Momento: o campesinato dependente de uma sociedade global

Henri Mendras, o famoso sociólogo rural francês, posiciona-se igualmente nesta mesma perspectiva. Para ele, a industrialização da agricultura (desejo das classes dirigentes) defronta-se com obstáculos, não excluindo a idéia de que um número apreciável de pequenos agricultores familiares pode conservar seu lugar. Contudo, a lógica do lucro e de monetarização crescente da economia não permitem mais à economia camponesa ser um modo de produção autônomo: a agricultura torna-se um setor de produção numa economia global. **Não existe mais autonomia para o campesinato!**⁵⁰

Para Mendras, a falta de autonomia do campesinato e a nítida evolução operada principalmente nos países ocidentais, conduzindo, entre outros, a uma decomposição do campesinato, não representam necessariamente uma boa escolha. Ao considerar a situação de outros países, Mendras permanece bastante hesitante quanto à eficácia de tal modelo para os países em via de desenvolvimento, como se interroga sobre a necessidade efetiva de encorajar tal processo de desintegração dos campesinatos, tendo em conta o seu custo. Mas, nesta altura, Mendras faz apenas confirmar o problema inicial, quer dizer, há obrigação de se distinguir entre um processo de decomposição, em curso e independente, e o fato de se querer pará-lo por outras razões, nomeadamente políticas (custo social).

É de fato o mesmo tipo de debate em que se ataca à questão da reforma agrária, interrogando-se se há suficientemente razões de ordem econômica ou se tal reforma é procurada unicamente por razões de justiça social? Economicamente falando, essa reforma

⁵⁰ MENDRAS, Henri: *Um Schéma d'Analyse de la Paysannerie Occidentale*. 1971. p. 3

pode mesmo ser prejudicial em certos casos, ou seja, ela não é de modo algum benéfica em todos os casos. Várias reformas terminaram em desastre por uma razão ou outra⁵¹.

Sexto momento: a permanência do campesinato como alternativa ao capitalismo

Samir Amin, por seu lado, se junta à mesma tese que constata que existe certamente um processo de decomposição da agricultura camponesa em benefício da agricultura capitalista. Reconhece que não tem nenhuma possibilidade técnica ou econômica que pode atribuir um caráter competitivo à agricultura camponesa face à subida do capitalismo agrário. Faz igualmente uma nítida distinção entre o processo de destruição do campesinato no mundo e o fato de se querer opor a ele. O economista egípcio afirma que nenhum desenvolvimento industrial, mesmo com uma taxa de crescimento anual de 7% cada ano, que é inimaginável, pode absorver cinco bilhões de seres humanos expulsos das suas economias camponesas.

Nesta altura, Amin propõe, de fato, uma alternativa global às lógicas do capitalismo que, fora de qualquer mecanismo de regulação e de controle, chegarão (essas lógicas) certamente a erradicar, de uma maneira inequívoca, o que permanece de camponês sobre este planeta⁵².

Sétimo Momento: o campesinato em decadência.

Para **Hobsbawm**, o problema se resolve diferentemente. Em toda simplicidade, não se trata mesmo de um campesinato, termo ou noção demasiado ambígua para ele, mas sim de uma “população agrícola”. Não tem mais um problema de conceito. De acordo com ele, o campesinato é o equivalente do fragmento da população cuja atividade é a agricultura⁵³.

⁵¹ STÉDILE, João Pedro: *A Questão Agrária Hoje*, 2ª edição, Editora da universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994

⁵² AMIN, Samir: *Agriculture capitaliste ou paysanne, un enjeu de société*. Documento publicado aos 02/07/2004. A consultar sobre o site do autor.

⁵³ HOBBSAWM, E: *A Era dos Extremos*. Op. Cit., p. 284.

A definição de Hobsbawm considera, por conseguinte, o caráter geral e não se preocupa com as especificidades históricas ou geográficas (por país) que esta população agrícola pode ter incorporado ou ter manifestado.

É bastante claro que existem tantas especificidades quantos camponeses no mundo, mas a tendência de lhes dar muita importância retira da aproximação “científica” sua vocação em estabelecer generalizações.

Neste nível de compreensão, Hobsbawm continua a ser fiel a uma velha tradição marxista que tende a estabelecer generalizações, leis gerais, como sendo objeto da ciência social. O próprio Marx alimentou esta visão generalista especial da ciência.

A contemplar seu trabalho no "Capital", o objeto não foi de modo algum um trabalho sobre um caso específico do capitalismo, mas sobre capitalismo em si, nas suas regras mais gerais, nas suas categorias mais abstratas. O modo de produção capitalista como apresentado no “Capital” não existe na realidade histórica concreta como tal, mas sob formas mais complexas que os marxistas chamam de formações socioeconômicas.

Eduardo Sevilla Guzman comentou a esse respeito o seguinte:

“Parec claro, pues, que Marx en su esquema teórico general considera la existencia de distintos modos de producción en una formación social, así como su atriculación en torno de un modo dominante. En su análisis del capitalismo utiliza deliberadamente y a efectos metodológicos la existencia de un modo de producción único, El capitalista, para, a partir de esta abstracción, eliminar distorciones y influencias externas al modelo teórico. El “capitalismo puro” que Marx formulo es, pues, una abstración toérica para eliminar perturbaciones de otros modos en él inmersos y así proyectar dicho

esquema teórico del presente al pasado, analizando la sociogénesis de tal modo de producción.”⁵⁴

Isto teria conduzido à negação das especificidades de cada capitalismo em cada país? Certamente não. Devia conduzir, contrariamente, a apreender-lhes como especificidades a partir de uma generalidade. De fato, existem especificidades somente em relação a generalidades.

E, embora não tenha motivo para entrar em tal debate epistemológico (certamente necessário a certos respeito), a posição de Hobsbawm no que diz respeito à definição do campesinato, de maneira “generalista”, traduz sua posição quanto à forma de conceber o trabalho “científico”.

Para Hobsbawm, só três regiões no globo apresentam até hoje casos dominados pela atividade agrícola, dos quais nomeadamente a China. Mas, estes casos confirmam, de fato, a regra, quer dizer, a tendência geral à redução gradual e global do número de população ativa no setor agrícola.

Se limitando a estas considerações, Hobsbawm parece mais preocupado com a constatação de fatos em si ao invés de emitir posições contra ou a favor desses mesmos fatos. O autor não propõe nenhuma alternativa a este processo de destruição dos campesinatos, como não julga o fato a partir de uma alternativa que ele defenda.

2.2 A AÇÃO POLÍTICA DO CAMPESINATO EM MOORE, WOLF, E MENDRAS

⁵⁴ Guzman, Eduardo Sevilla: Desde El pensamiento Social Agrario. Servicio de Publicaciones, Universidade de Cordoba, 2006, p. 79.

A problemática do papel político do campesinato, como foi mencionada na introdução desta dissertação, foi debatida por 10 principais autores sobre um período de vinte anos (1959-1979). Mas como o objeto desta mesma dissertação foi inteiramente consagrado ao único Hobsbawm, o resto desses autores foi deliberadamente desconsiderado

No entanto, e na perspectiva de entender o raciocínio teórico de Hobsbawm sobre essa problemática, escolhemos três autores que são os mais disponíveis na língua portuguesa, a fim de criar um contraste que pode nos ajudar a iluminar diversos aspectos da problemática em questão. Os três autores pertencem a tradições teóricas diferentes, e também a disciplinas diferentes, com uma inspiração igualmente individualizada no marxismo, mas chegaram às mesmas conclusões.

2.2.1 .Barrington Moore: “As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia” (1966).⁵⁵

Barrington Moore Jr. (1913- 2005) é um sociólogo político norte-americano que se formou na universidade de Yale. Depois de seu doutorado em 1941, ele se tornou analista da política durante a segunda guerra mundial, sob a direção de Herbert Marcuse. Nos anos 50 saiu para a universidade de Harvard em que se especializou na política soviética. Em 1958 editou um livro de ensaios sobre a metodologia e a teoria no qual atacou as perspectivas metodológicas da ciência social dos anos 50. Enquanto trabalhava a Harvard, seus estudantes incluíram os sociólogos comparativos como Theda Skocpol, e Charles Tilly. Sua obra a mais famosa é “as origens sociais”

Nesta obra, o autor tinha por objetivo a análise das modalidades segundo as quais a instauração de diferentes tipos de regimes políticos está estreitamente ligada às transformações políticas e sociais que se produzem nas sociedades agrárias. No plano das

⁵⁵ Moore, Barrington Jr.: As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Edições Cosmos. Lisboa. 1975.

grandes transformações de sociedades, o fenômeno agrário parece desempenhar um papel essencial.

"O processo de modernização começou com revoluções abortadas de camponeses. Culmina durante o século XX com revoluções de camponeses bem sucedidas. Já não é possível levar a sério a idéia de que o camponês é um "objeto da História", uma forma de vida social sobre a qual as mudanças históricas passam, mas que em nada contribui para o ímpeto dessas mudanças." ⁵⁶

Moore estudou o caso dos Estados Unidos, da Inglaterra, da França, a Rússia, a China, do Japão e a Índia. A partir destes de estudos de casos, expõe três formas de aparecimento das sociedades modernas:

- 1) O capitalismo com revoluções burguesas, casos da democracia parlamentar na Inglaterra, Estados Unidos e França.
- 2) O capitalismo sem revoluções sociais, casos do fascismo na Alemanha e o Japão.
- 3) Revoluções sociais com forte participação camponesa que desembocaram no comunismo na Rússia e na a China.

Destacando ao mesmo tempo o papel importante desempenhado pelo campesinato no processo de modernização, Moore não nega, contudo a tese de Marx segundo a qual houve de uma classe urbana potente e independente, para poder empreender a via do desenvolvimento da democracia parlamentar. ⁵⁷

Quanto ao apoio fornecido pelo campesinato ao fascismo e pela postura contra revolucionária de certas idéias encontradas no camponês, o autor menciona, em referência ao caso alemão:

⁵⁶ Idem., pág. 521.

⁵⁷ Idem., pág. 495.

*"Para o pequeno camponês, sofrendo com o avanço do capitalismo, com os seus problemas de preços e hipotecas que pareciam ser controlados pelos intermediários da cidade e pelos banqueiros, ambos hostis, a propaganda nazi apresentava a imagem romântica de um camponês idealizado, "o homem livre na terra livre". O camponês tornou-se a figura-chave da ideologia da direita radical elaborada pelos nazis. Estes gostavam de acentuar o ponto de vista de que, para o camponês, a terra é mais do que um meio de ganhar a vida. "*⁵⁸

Uma situação similar é constatada no caso da Itália e do Japão.

Quanto à explicação da participação do campesinato nas revoluções, Moore critica as interpretações que o reduzem unicamente às condições econômicas. Os exemplos da China e da Índia, que apresentando ao mesmo tempo situações econômicas similares, provocaram reações diferentes em cada um dos dois países. A revolução produziu-se na China e não na Índia.

Para Moore, a explicação de tipo culturalista é igualmente insuficiente. "Os abalos socioculturais", que quebram a harmonia da propriedade, da família e da religião não são razões suficientes para a emergência de uma situação revolucionária. Moore mostra como, no caso russo, o mundo rural era culturalmente intacto no momento da revolução.

Para o autor, deve sempre existir um concurso de circunstâncias que suscitem a participação nos processos revolucionários:

"Uma sociedade altamente segmentada, que depende de sanções difusas para obter alguma coesão e para extrair o excedente aos camponeses, está quase imune às rebeliões de camponeses, porque, provavelmente, a oposição toma a forma de mais um segmento. Por outro lado, uma burocracia agrária

⁵⁸ Idem., pág. 517.

*ou uma sociedade que depende de uma autoridade central para extrair o excedente, é um tipo muito mais vulnerável.”*⁵⁹

O autor avança igualmente outras hipóteses neste sentido que podem ser sintetizadas nas citações seguintes: *“Quando os laços resultantes das relações entre o senhor rural e a comunidade camponesa são fortes, a tendência para a rebelião (e, mais tarde, revolução) dos camponeses é fraca.”*⁶⁰

Acrescenta que:

*“Especialmente quando não há alternativas claramente visíveis, pode-se encontrar cada vez maior aceitação das privações, dentro do padrão dos camponeses daquilo que é justo e devido. O que enfurece os camponeses (e não só os camponeses) é uma nova e súbita exigência imposta que cai sobre muita gente ao mesmo tempo e significa uma quebra de regras e costumes aceites.”*⁶¹

Finalmente, pode-se pretender que na concepção de Moore há certa visão que se repete praticamente na maioria dos trabalhos consagrados ao papel dos agentes externos e à aliança necessária do campesinato com outras classes sociais, como fator determinante de modo que o potencial revolucionário possa se desenvolver.

*“Só por si, os camponeses podem nunca chegar a executar uma revolução. Sob esse aspecto, os marxistas estão absolutamente certos, embora estejam longe da realidade noutros aspectos cruciais. Os camponeses precisam de ter chefes de outras.”*⁶²

Posto isto, a obra de Barrington Moore permanece indubitavelmente uma referência e fonte indispensáveis para todos os estudos posteriores que se dedicam ao mesmo assunto.

⁵⁹ Idem., pág. 527

⁶⁰ Idem., pág. 539.

⁶¹ Idem., pág. 544-545.

⁶² Idem., pág. 550.

2.2.2 Eric Wolf: “Guerras camponesas do século XX” (1969).

Neste trabalho, Wolf prossegue praticamente a linha dos estudos comparativos dos principais processos revolucionários do século XX. O autor analisa as revoluções Russa, Chinesa, Mexicana, Vietnamita, Cubana e Argelina, procurando responder em cada caso específico a diversas perguntas:

Que tipo de camponês que participa nos levantamentos? Qual o grau de participação que é atingido pelos diferentes tipos de camponês durante as rebeliões? Qual a relação da radicalização do camponês com as motivações locais e nacionais? Que papel foi desempenhado pelos agentes externos ao mundo rural no processo de radicalização do camponês? ⁶³ É a partir destes pontos de interrogação, que Wolf desenvolve uma série de generalizações que sintetiza posteriormente no artigo: "*On Peasant Rebelions*". ⁶⁴

A partir do estudo destes seis casos supracitados, o autor faz observar que o compromisso do campesinato nas rebeliões não é um fenômeno muito comum e é geralmente levado adiante com muitas e pesadas dificuldades.

O trabalho cotidiano do camponês efetua-se de maneira isolada e às vezes em concorrência com seus vizinhos. A rotina e o peso do trabalho rural tende a uní-lo ao mundo estreito do seu núcleo familiar. O trabalho da terra arrancá-lo na produção de subsistência. As relações familiares e a solidariedade de comunidade permitem-lhe amortecer as crises. Os interesses do camponês vão freqüentemente além das fronteiras de classe (cumplicidade entre camponeses ricos e pobres).

A exclusão do camponês da participação na tomada de decisões externas à sua pequena comunidade, priva-o da experiência e do conhecimento para organizar-se de maneira

⁶³ Wolf, Eric. R: Guerras Camponesas do Século XX. Op.cit., pág. 12.

⁶⁴ Publicado na origem em "*Social Science Journal*", vol.2, 1969.

autônoma na defesa dos seus interesses. As limitações observadas nas comunidades campesinas, contudo não impediram que em circunstâncias determinadas o camponês fosse capaz de superar as barreiras da apatia e de lançar-se na participação política revolucionária. Para Wolf, o fator determinante que provoca esta participação é o impacto que ele sofre como efeito do que ele chama as "três grandes crises": a crise demográfica, a crise ecológica e a crise de poder e de autoridade.⁶⁵

No que diz respeito à crise demográfica, o melhor argumento de Wolf é de mostrar através dos números o crescimento impressionante da população do campo durante os períodos que precederam as explosões revolucionárias. Os crescimentos demográficos constituem um fator de tensão e de desequilíbrio nas comunidades.

A crise ecológica é representada pelo advento do mercado capitalista como fator principal de troca de bens, incluindo a terra:

"Assim na Rússia, a reforma agrária e a comercialização ameaçaram, ambas, o acesso permanente do camponês às pastagens, às florestas e às terras aráveis. No México, na Argélia, no Vietnã, a comercialização ameaçou o acesso do camponês às terra comunal; no México e em Cuba, impediu o camponês de reclamar terras públicas devolutas. Na Argélia e na China, acabou com a instituição dos silos públicos. Na Argélia rompeu o equilíbrio entre as populações pastoris e sedentárias".⁶⁶

As crises demográficas e ecológicas convergem para a crise de autoridade. As novas elites (comerciantes, industriais) desafiam com sucesso o poder tradicional no campo (chefes tribais, mandarins, grandes proprietários fundiários). O mercado gerou fortes rupturas ao nível das relações tradicionais das comunidades agrárias. Produz-se uma "brecha" crescente entre governadores e governados que, em certos casos, permite a emergência de uma elite

⁶⁵ Wolf, Eric. R: Guerras Camponesas do Século XX. Op. cit., pág. 331-361

⁶⁶ Idem., pág. 336-337.

alternativa (elites locais, intelectuais) que se transforma em intérprete dos interesses do mundo campo.

É neste contexto de crise que pode produzir-se a mobilização do campesinato, mas sua participação "duradoura" depende do tipo de camponês.

Para Wolf:

*“O camponês pobre ou o trabalhador sem terra, que depende de um senhorio quanto à maior parte ou mesmo à totalidade de sua subsistência, não possui poder tático; está completamente dominado pelo seu empregador e desprovido de recursos próprios suficientes que lhe sirvam na luta pelo poder. Por conseguinte, é improvável que o camponês pobre e o lavrador sem terra, tomem o partido da rebelião, a não ser que possam confiar em um poder externo para desafiar o poder que os constrange. Esse poder externo no caso mexicano foi representado pelo Exército Constitucionalista, em Yucatán, que libertou os peões das dívidas de servidão, através de uma ação “de cima”; foi também representado pelo colapso de exército russo, em 1917 e pelo refluxo dos camponeses-soldados, armados, às suas aldeias; foi representado, ainda, pela criação do Exército Vermelho Chinês, como instrumento da derrota do poder dos proprietários de terras, nas aldeias. Onde tal poder externo existir, o camponês pobre e o lavrador sem terra terão lugar para movimentar-se; onde estiver ausente, estarão quase totalmente coagidos.”*⁶⁷

O camponês rico é habitualmente ligado ao poder estabelecido e dependente dele. Sua participação na revolução é pouco provável exceto em casos antes excepcionais onde a força

⁶⁷ Idem., pág. 348.

revolucionária demonstra uma capacidade evidente de destruir o poder central, como o que ocorreu na a revolução chinesa.

Só o campesinato médio, composto de pequenos proprietários e colonos ou "camponeses periféricos" que possuem certa liberdade de movimento tem a "força interna" suficiente para comprometer-se numa rebelião sustentada. Como exemplos, Wolf cita o caso dos camponeses de *Morelos* no México, das comunas da China, dos "fellahin" na Argélia e dos colonos da província em Cuba.⁶⁸

O papel revolucionário do campesinato pode ser reforçado se existe igualmente um grau de afinidade cultural e étnica específica que o torna diferente do seu inimigo. (A luta contra o invasor japonês na China ou contra colonizador francês na Argélia e no Vietnã).

Finalmente, Wolf afirma que as rebeliões camponesas autônomas sempre tiveram limites definidos no plano local e regional. A participação majoritária dos camponeses em revoluções sociais que provocam transformações da sociedade faz-se sempre no âmbito de alianças com sectores urbanos, e são estes que assumem o controle dos novos Estados. No que diz respeito a este aspecto, o autor junta-se à posição de Moore e a visão clássica do marxismo sobre a impossibilidade que o camponês possa fazer a revolução sem "liderança" externa.

2.2.3 Henri Mendras: "Sociedades camponesas" (1976).⁶⁹

A pedra angular deste trabalho de Mendras é a definição do campesinato como sociedade "submetida", quer dizer, pertencendo a uma sociedade global ou "dependente" dela. Este conceito é desenvolvido a partir da obra do etnólogo americano Robert Redfield, um dos pioneiros desse debate.⁷⁰ Segundo Mendras, seu trabalho elabora uma teoria do mundo rural e um modelo analítico para permitir seu estudo.

⁶⁸ Idem., pág. 349.

⁶⁹ Mendras, Henri: *Sociedades Camponesas*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978

⁷⁰ Redfield, Robert: *Peasant Society and Culture*. The University of Chicago Press, 1956.

Cada capítulo do seu livro é acompanhado de uma bibliografia específica estimável e no fim, de um anexo, "Tradições antigas e tendências atuais no estudo do campesinato", que sobe às culturas mesopotâmica, egípcia, grega e romana para chegar aos anos 70 do século passado. A introdução responde à pergunta atualmente "obrigatória" para os trabalhos teóricos: *o que é um camponês?*

Mendras conseguiu elaborar uma definição que comporta cinco traços fundamentais como tipo ideal e que parece ser uma das definições que melhor responde mais à realidade complexa das sociedades camponesas. Estes traços característicos encontram-se no caráter da vida rural e da produção agrícola que o diferenciam das sociedades "selvagens" e das sociedades industriais agrícolas.

Tipo ideal de sociedade camponesa:

1) A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades.

2) A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.

3) Um sistema econômico de autonomia relativa, que não distingue consumo e produção, e que mantém relações com a economia envolvente.

4) Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas.

5) A função decisiva do papel de mediação das pessoas notáveis no interior das coletividades camponesas e da sociedade envolvente ⁷¹

A partir desta definição, Mendras estuda os diferentes aspectos da problemática camponesa: a ecologia, a economia camponesa, os grupos domésticos, as coletividades locais,

⁷¹ Mendras, H: Sociedades Camponesas. Op. cit., pág. 15.

exações, poder e mediações, revoltas e revoluções, reformas agrárias, êxodo rural, valores camponeses, inovações, mudanças e política.

O caráter submisso da sociedade camponesa no que diz respeito à sociedade global, instaurando-lhe limites à sua autonomia, o conflito cultural com a sociedade global, as formas intermediárias que agem como mecanismos de contato para resolver os conflitos, negociar ou impor algo de acordo com as circunstâncias. Os "notáveis" aparecem como personagens que desempenham o papel de intermediários, e por isso revestem um interesse específico.

No capítulo, "Revoltas e revoluções", o autor indica diversos exemplos de revoltas camponesas na Idade média e dos processos de transformação revolucionária ocorridos a partir da revolução francesa e a industrialização nos quais o mundo camponês desempenhou um papel fundamental. Aproximando-se dos trabalhos de Moore e de Wolf, Mendras destaca como as condições especiais históricas de cada sociedade camponesa e o tipo de relações que mantêm com a sociedade global, representam um elemento chave para compreender o papel do campesinato no processo revolucionário.

Outro aspecto que parece interessante na investigação de respostas à lógica política camponesa é tratado no capítulo sobre os "valores camponeses". Mendras julga como relativos os aspectos considerados como leis universais pelos etnólogos que vêem "no amor da terra e da família", características abstratas próprias a qualquer tipo de camponês.

A partir de um trabalho comparativo, é possível ver diferenças significativas nos valores de uma sociedade à outra. É do mesmo modo no que diz respeito a uma capacidade de adaptação às situações variáveis na investigação do benefício. As pesquisas do campo mostram, segundo Mendras, que os camponeses, mesmo os mais tradicionais são capazes, de mudanças rápidas e transcendentais. O trabalho de Mendras foi elaborado a partir de um quadro teórico muito sólido.

CAPÍTULO III: HOBBSAWM COMPARANDO

3.1 O CAMPESINATO NO CASO INGLÊS (OU ESCOCÊS)

Num dos raros estudos inteiramente consagrados à análise da relação entre o capitalismo e a agricultura ⁷², Hobsbawm considera que a importância do setor agrário nas sociedades pré-industriais torna qualquer forma de desenvolvimento do capitalismo dependente do que se passa no seio desse setor. E, inversamente, o desenvolvimento capitalista transforma necessariamente o papel e a natureza da agricultura, atribuindo-lhe o caráter de uma ocupação entre outras. O interesse por esta relação entre capitalismo e agricultura remete a duas perguntas principais:

- Por que, em certos contextos históricos bem determinados, o setor agrícola pôde permitir ou impedir o desenvolvimento do capitalismo?
- E como o desenvolvimento do capitalismo pôde alterar a estrutura da agricultura?

Para Hobsbawm, é bastante difícil, no curto prazo, quantificar o que é capitalista do que não o é numa estrutura agrária. Ao longo termo, tal distinção é possível somente por recurso a outra distinção de ordem contextual. De fato, Hobsbawm considera que agricultura não pode ser abordada do mesmo jeito quando se trata do feudalismo, dos períodos de transição ou do capitalismo. A aparente semelhança da maior parte da atividade agrícola durante estas diferentes épocas cria simplesmente uma confusão. Para ele, em cada uma destas épocas históricas, não se pode tratar da agricultura da mesma forma.

Mas, também não pode se tratar igualmente do próprio capitalismo, dado que este não opera da mesma maneira na indústria e na agricultura. O recurso, por exemplo, a certas

⁷² HOBBSAWM, E: *Capitalisme et Agriculture: les Réformateurs Écossais au XVIIIème siècle*. Les Annales, Année 1978, Vol. 33, n° 3, pp. 580-601. A consultar sobre o site : www.persee.fr.

categorias analíticas como o salário ou o caráter mercantil da produção agrícola para caracterizar este último como capitalista não é evidentemente válido. Colocando o problema desta maneira, Hobsbawm recorre à experiência escocesa, pouco conhecida, que ele considera revolucionária como modelo do desenvolvimento do capitalismo, pelo de fato que se baseou em diversas reformas das estruturas agrárias pré-capitalistas.

Para ele, os escoceses, cuja vanguarda reformadora se inspirava nas idéias de Adam Smith, instauraram uma política a duplo fio que visava à resolução do problema agrário, através de:

- **Transformar a senhoria feudal**, com todos os direitos de propriedade e os poderes que lhe eram associados, em aristocracia burguesa, empurrando-a para ceder suas vantagens não econômicas ligadas a sua posição social, em benefício de uma melhoria espetacular da sua posição econômica.
- **Destruir pelas armas o campesinato em seu conjunto**, durante os anos 1688 e 1715 e, de maneira definitiva, durante e após a grande revolta de 1745. Nenhum acordo com este campesinato, contrariamente à aristocracia, foi considerado e permitido⁷³.

O objetivo de tal política visava à abolição dos direitos feudais, mas igualmente os direitos comunais. Nos termos de uma nova lei promulgada neste sentido (o Ato 20), o direito feudal foi abolido e uma outra lei (o estatuto de 1746) privou o costume de qualquer força legal quanto aos aluguéis de terras. Medidas desse tipo procuravam constituir a propriedade burguesa, expulsando o campesinato da terra, e permitir o progresso do capitalismo agrário. O campesinato, nessa visão eliminatória, só podia oferecer uma divisão acelerada da terra, em pedaços de subsistência, e uma imobilização de uma enorme força de trabalho que podia ser empregada melhor em outros setores.

⁷³ Idem, p. 587.

Segundo o autor, na Escócia nessa época, os camponeses mostravam sua incapacidade para efetuar as melhorias necessárias à modernização da agricultura. Esta necessitava de uma concentração econômica e uma vontade de modernizar. Havia uma forte resistência de sua parte para comportarem-se como empresários, como não possuíam os meios, desde a dimensão das suas propriedades, o que resultava em atividade “antieconômica”. Só uma pequena parte deles podia, de fato, beneficiar-se das transformações em curso, condição que os transformavam em burguesia rural, impulsionando-os um processo de diferenciação que a separa do resto do campesinato.

Contudo, a transformação de certos camponeses em burgueses era pouco provável, dado que seria necessário aumentar a produtividade, aumentando a dimensão das terras cultivadas e reduzindo, ao mesmo tempo, o número deles. Tratava-se igualmente de uma mudança radical nas mentalidades, que deviam acompanhar as transformações.

Hobsbawm pensava que o modelo escocês, que se realizou entre 1755 e 1800, conforme a previsão dos seus projetistas “reformadores”, embora refletisse condições históricas bem específicas do país, era visivelmente considerado como um *modelo geral* do funcionamento do capitalismo na agricultura.

Contudo, Hobsbawm reconheceu que há dificuldade teórica de admitir que este modelo exigisse necessariamente a eliminação “física” do campesinato e a concentração da maioria das terras entre as mãos de um pequeno número de burgueses “agrícolas”. Tratava-se, de fato, de expulsar todos os outros ocupantes das terras em benefício destes burgueses. Havia, para justificar tal eliminação, as necessidades da produção agrícola, mas, sobretudo o fato que a agricultura tradicional limitava a divisão do trabalho, e porque esta agricultura podia confinar-se sobre ela mesma, sem ter necessidade de um grande mercado de troca. Segue-se a isso, o fato de que quanto mais são numerosos os camponeses menos têm razão de

estender o mercado ⁷⁴. Esta via “clássica” que passa pela eliminação do campesinato, que foi representada de modo diferente, pelos casos escocês e inglês ficou como exceção até o fim da primeira metade do século XX, quer dizer durante a maior parte da história do capitalismo até o presente. No entanto, à exceção de algumas “regiões” e produtos específicos, a maior parte da produção agrícola fosse assumida pelo campesinato tradicional, que não pôde ser eliminado por razões políticas e sociais.

Foi necessário esperar até os anos cinquenta para que a população agrícola, nomeadamente nos países “desenvolvidos”, entrasse em declínio, anunciando assim a possibilidade que o modelo escocês fosse realizável com uma agricultura desembaraçada de todos os camponeses, à exceção do agricultor burguês e do trabalhador assalariado.

O problema que decorre de tal modelo é que a subsistência do campesinato na maior parte dos países desenvolvidos não entrou, de fato, o desenvolvimento do capitalismo, em geral, e seu desenvolvimento na agricultura, particularmente.

Hobsbawm menciona que o campesinato nestes países se mobilizou como classe, para apoiar politicamente os oponentes (tanto de direita como de esquerda) do modelo escocês, mas que o fez em benefício dos defensores deste último, tanto que a partir do século XVI ao XVIII, pelo menos, sua resistência a este modelo conduziu certamente à retardação do desenvolvimento do capitalismo ⁷⁵.

Mas, Hobsbawm reconheceu igualmente que há sérias dificuldades em provar que o progresso do capitalismo mundial, desde 1850, foi obstruído pela sobrevivência do campesinato, ou demonstrar que a existência prolongada de uma agricultura camponesa

⁷⁴ Idem, p. 593.

⁷⁵ Sobre esse assunto. Robert Brenner pôde desenvolver todo um debate a partir de 1976, que é conhecido até hoje pelo seu próprio nome.

em países industrializados (como Alemanha, a Bélgica, e os países escandinavos) constituiu um obstáculo ao capitalismo⁷⁶.

A questão, então, seria se interrogar se há, de fato, “uma via camponesa ao capitalismo” que não elimina o campesinato “do exterior”, mas que se apóia sobre um processo de diferenciação no seu seio, transformando-o num componente de uma economia agrária capitalista. Os únicos exemplos que ilustram a possibilidade de tal “via”, que funciona pelo meio de uma transformação endógena de um campesinato tradicional que dá nascimento a uma agricultura capitalista baseada na exploração familiar, são os Países Baixos do século XVI ao século XIX, bem como a Dinamarca, durante o século XIX. Posto isto, parece que, em geral, o desenvolvimento de tal modelo é também excepcional como o foi o da eliminação radical, mas, nos dois casos, é bastante provável que a submissão da agricultura camponesa à economia capitalista é uma necessidade sem a qual haveria sensivelmente um bloqueio do desenvolvimento deste último à grande escala.

De fato, a aproximação de Hobsbawm se junta às posições iniciais do marxismo. Nesta análise, confirma a opinião de Lenine que dizia que o pequeno camponês é destinado a transformar-se num produtor de mercadorias, independentemente da sua própria vontade. Assim, confirma a idéia de acordo com a qual o desenvolvimento de um mercado capitalista externo para a agricultura conduz inevitavelmente à submissão desta última ao capitalismo.

Contudo, rejeita a posição dos marxistas (os ligados ao Bolchevismo) que consideraram o campesinato russo, na sua maioria, como capitalista durante os anos próximos da revolução, como igualmente a idéia de que ele tenha sofrido na época uma diferenciação em termos de classe que teria sido aguda.

Segundo Hobsbawm, o debate sobre a questão agrária que dominou na primeira geração dos marxistas (1894-1914) traduzia de fato sua tomada de consciência de que não era

⁷⁶ HOBBSAWM, E: Idem, p. 594

só suficiente confirmar a dominação do capitalismo sobre agricultura, mas que era necessário precisar os termos desta dominação.

O problema camponês torna-se, portanto, muito complexo. Entre o momento onde a grande massa dos camponeses pode ser considerada não capitalista e o momento onde sofre a dominação do capitalismo, existe um longo processo de transição que não pode ser facilmente periodizado com a mais exatidão.

3.2 O BANDITISMO SOCIAL E RURALIDADE

A noção de bandido social nasceu das pesquisas sobre os excluídos e os marginais nas sociedades européias. Estudos numerosos foram consagrados à rebelião individual como forma de protesto social, que tem tido por quadro a bacia do Mar Mediterrâneo, em geral, e a Itália meridional, em especial. Este espaço foi o teatro de uma multidão de bandidos sociais e permanece ainda hoje um lar ativo deste tipo de “marginalidade”⁷⁷. As condições específicas desta região privilegiada pela pesquisa foram essencialmente consideradas como fatores explicativos da emergência e do desenvolvimento do banditismo social: ambiente rural, relevo montanhoso, nomadismo pastoral, sub-industrialização relativa e fraqueza da influência das estruturas estatais nas zonas excêntricas (ilhas, montanhas). É assim que Maurice Lannou explica que a hostilidade irreduzível entre nomadismo pastoral e agricultura sedentária está na origem do fenômeno⁷⁸. Na mesma via, F. Braudel, opondo a montanha pastoral e guerreira à planície agrícola e pacífica, nos informa que “a montanha fabrica, até sob os nossos olhos,

⁷⁷ DAY, J: *Banditismo social et société pastorale en Sardaigne*. In *Les marginaux et les exclus dans l'histoire*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1979, pp. 178-214.

⁷⁸ Idem,

estes fora-da-lei patéticos e cruéis,... que revolta a instauração do Estado moderno e os carabineiros”⁷⁹.

Essa abordagem centrada no Mar Mediterrâneo e as conclusões às quais conduz contribuíram certamente para prevalecer a tese que exclui outras regiões do campo do banditismo social.

Tendo em conta um espaço muito mais largo: o conjunto do continente europeu nos séculos XIX e XX⁸⁰, E. Hobsbawm chega a conclusões interessantes destacando as contingências locais e fornecendo uma grelha de leitura do banditismo social mais operacional.

Em seu primeiro livro (1959), Hobsbawm operou uma análise das características das rebeliões na Europa dos séculos XIX e XX que descreve como sendo "arcaicas", concentrando ao mesmo tempo sua atenção sobre as formas de banditismo social que define como movimentos justiceiros do tipo "Robin Hood". O banditismo social, segundo ele, emerge durante os momentos de mudanças bruscas que alteram as sociedades rurais. Traumatismos, que implicam a chegada do capitalismo em certas sociedades, podem provocar a emergência deste tipo de reação, que toma a forma de uma resistência.

Quanto às relações existentes entre o banditismo social e os movimentos agrários e revolucionários, o autor expõe uma função oposta com a qual contam os movimentos agrários organizados ou os partidos revolucionários⁸¹. Segundo ele, quando os movimentos revolucionários aparecem, os bandidos sociais transformam-se em revolucionários ou desaparecem. Nas sociedades com desenvolvimento político fraco, o banditismo transforma-se em fenômeno crônico. Hobsbawm mostra que outras formas de organização aparecem: as

⁷⁹ BRAUDEL F., *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, Paris, A. Colin, 1966, tome I, p. 35.

⁸⁰ HOBBSAWM, E: *Rebeldes Primitivos. Estudos de Formas Arcaicas dos Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª edição. Zahar Editores. 1976. (O texto original em inglês pareceu 1959).

⁸¹ HOBBSAWM, E: *Rebeldes Primitivos*. Op. cit., p. 31.

máfias como movimentos que representam os interesses de certas camadas da sociedade com um nível de organização sem grande envergadura, mas que pode, no entanto, chegar a formar um poder paralelo ao Estado.⁸² Em geral, as máfias se situam do lado da direita política, quando chegam a se politizar e os compromissos dos seus membros dependem, sobretudo, das relações familiares reais ou artificiais.

Outra forma de organização estudada por Hobsbawm é a representada pelos movimentos "milénaristas" aos quais se atribui alguns aspectos similares aos movimentos revolucionários, em especial no que diz respeito ao objetivo de transformação da sociedade. O autor apresenta o exemplo dos "fascistas" italianos que, sob a influência das idéias socialistas, transformara-se em camponeses revolucionários.⁸³

Em todo caso, o aparecimento dos movimentos "pré-políticos ou rebeliões primitivas" corresponde a transformações do contexto socioeconômico das regiões de origem destes movimentos. Trata-se, de fato, de reações a respeito de certos fenômenos ou fatores como uma crise de colheitas, ou a integração imposta à economia monetária, ou a desapropriação das terras pelos grandes proprietários fundiários, ou ainda as exigências de dever pagar novas rendas ou impostos. Numa edição posterior do seu trabalho, Hobsbawm incluiu dois estudos sobre os camponeses da América Latina, onde encontra, no fenômeno da "Violência" na Colômbia e nas lutas camponesas do vale da Convenção no Peru, os traços básicos do banditismo social e as relações com o movimento revolucionário que se baseia socialmente em alguns sectores do mundo rural.

Dez anos depois, Hobsbawm consagra todo um livro, em lugar de um capítulo, como no seu primeiro livro, aos bandidos sociais para "explicar o fenômeno do banditismo social, mas também apresentar seus heróis". Este livro não podia ser evidentemente uma simples repetição mais detalhada do capítulo do livro anterior.

⁸² Idem., p. 52.

⁸³ Idem., p. 104.

De fato, em um período de dez anos, o mundo conheceu claramente mudanças profundas assim como a experiência vivida pelo próprio autor destas mudanças. A questão que decorre disso pelo menos é de conhecer o que permaneceu como constante na abordagem de Hobsbawm e o que foi alterado.

Como em “Rebeldes Primitivos”, “Bandidos” é uma seqüência de monografias escritas num estilo que retira todo o peso de uma documentação impressionante. Cada capítulo remete ao resto da obra para constituir uma tipologia e uma teoria do fenômeno. Há igualmente uma continuidade entre as duas obras no que diz respeito à análise interpretativa: o recrutamento sociológico dos bandidos, suas motivações individuais, seus tipos de ação, as formas do legendário, o significado do banditismo para a sociedade tradicional.

A originalidade de “Bandidos”, em contrapartida, manifesta-se primeiramente na renovação da documentação. Sem cessar de se interessar por Robin Hood e Salvatore Giuliano, Hobsbawm estende seu inquérito a outras áreas geográficas: os Bálcãs, dos *Haiduks*, a América Latina, de Pancho e de Lampião, o Sudeste asiático e seus rebeldes contra a lei da China imperial, ou contra a lei dos colonos ingleses e neerlandeses. Suas fontes são principalmente literárias: poesias populares, contos folclóricos teatro romântico. Sua investigação inclui a iconografia e se lança sobre o cinema. Por outro lado, se o autor se interessa pela realidade do banditismo, ele considera igualmente seu mito (seu último capítulo se intitula significativamente “o bandido, um símbolo”). Mais originais ainda são os capítulos consagrados ao papel econômico e político dos bandidos. Fenômeno rural vinculado a uma fase universal de transição entre as sociedades tribais e a penetração do capitalismo agrário, o banditismo pode bem trazer soluções a certas situações, sem colocar em questão, no entanto, as estruturas. Pelo contrário, o bandido pela compra das mercadorias para o seu suprimento e pela venda dos seus botins e roubos se integra no setor mais moderno da economia local, o mercado e contribui para a acumulação do capital.

Sua potência armada, com efeito, provém uma força política na cena local (Giuliano, no caso da máfia siciliana) e um complemento às lutas de liberação nacional (os *Haiduks*, nos Bálcãs), ou uma tendência original e autônoma (os anarquistas catalães).

De fato, o problema nesta análise é que Hobsbawm classificava os anarquistas como fazendo parte do fenômeno do banditismo. No seu livro anterior, sublinhando mesmo seu arcaísmo e o sua ineficiência política, o autor não os considerava como bandidos, mas como autênticos revolucionários. O novo tratamento que Hobsbawm impinge aos anarquistas faz deles “quase-bandidos”, mesmo se ele se interessa menos esta vez aos levantamentos rurais e mais aos pequenos grupos especializados catalães. Dessa maneira, a analogia é bastante grande com os verdadeiros bandidos. O único problema que cria tal tratamento é que, dessa vez, os anarquistas catalães operam na zona urbana, enquanto que o autor não cessa de considerar o banditismo como um fato tipicamente rural!

Em 1959, Hobsbawm, apesar de uma evidente simpatia pelos rebeldes, insistia sobre a evolução necessária e desejada de vê-los transformar-se em revolucionários. A esse propósito, Jacques Le Goff, no prefácio da edição francesa, felicitava Hobsbawm por ter estudado “a passagem destes movimentos arcaicos ao fluxo normal da história”.

Em 1969, Hobsbawm assegura defender as mesmas teses que já defendia no passado, mas o tom alterou. A era do banditismo já acabou praticamente no mundo inteiro, e seu fim continua expresso tragicamente nos costumes. A questão não é mais esperar que os bandidos se transformem em revolucionários. Trata-se unicamente de descrevê-los e admirá-los. Os anarquistas (estes individualistas sem medo, estes vingadores sem programa) reencontram-se, por conseguinte, em companhia dos outros heróis.

O segundo problema que coloca a tese de Hobsbawm é que o banditismo social não se constitui como uma fase anterior à ação política moderna. Essa periodização não é bastante

evidente, o banditismo, que segundo o autor, faz doravante parte de um passado terminado, não cedeu, porém, ao benefício de outras formas mais maduras de resistência social.

Em 1973, Hobsbawm publicou "Os Camponeses e a Política" ⁸⁴, no qual reproduz certas teses de Marx e seus discípulos sobre a impossibilidade da ação política autônoma do campesinato. Relata as dificuldades culturais que conduzem o camponês a desempenhar um papel nos movimentos de caráter nacional (cita os exemplos da Colômbia nos anos 30 e o Peru nos anos 60). Segundo o autor, a força potencial do camponês era enorme, embora sua força efetiva e real fosse condicionada. Afirma que o estudo do fenômeno camponês na sua relação com a política deve "ser trabalhado" pelos historiadores, dado a decadência acelerada do mundo camponês.

Neste estudo, Hobsbawm confirma os resultados dos seus trabalhos anteriores e retoma certos aspectos centrais de obras essenciais recentes (Moore, Wolf), bem como os dos clássicos do marxismo, mas suas conclusões sobre o desaparecimento do campesinato parecem um pouco precipitadas, de um ponto de vista retrospectivo.

Ao contrário de outros autores, Hobsbawm não explica porque a modernização tem por efeito a radicalização do camponês em certas regiões, enquanto que isso não ocorre em outras. Contudo, sua obra continua a ser bastante significativa, do ponto de vista da história, para compreender as revoltas camponesas contemporâneas. O seu trabalho principal, "Rebeldes Primitivos", foi a fonte de inspiração de estudos regionais e de períodos específicos.

Numa entrevista que data dos anos 90, Hobsbawm retorna à questão de como caracterizar os movimentos camponeses no passado como no presente, em sua relação com a política, dizendo o seguinte:

⁸⁴ HOBBSAWM, E: *Peasant and Politics*. Journal of Peasant Studies, vol.1 (1973).

Satisfeito com seu sucesso, Abd el-Krim proclama, em Fevereiro de 1922 **A República Confederada das Tribos do Rif**, um embrião de Estado berbere, politicamente independente da ocupação espanhola e francesa do Marrocos. Criou um Parlamento constituído dos chefes de tribos, que lhe votou um governo.

Esta república teve um impacto crucial na opinião internacional, porque foi a primeira república procedente de uma guerra de descolonização no século XX.



A Bandeira da Republica do Rif

Em 1924, a Espanha retirou suas tropas das suas possessões ao longo da costa marroquina. A França, que de qualquer modo tinha pretensões sobre o Rif meridional, deu-se conta que deixar outra potência colonial ser vencida na África do Norte por indígenas criaria um perigoso precedente para seus próprios territórios, e retornou do conflito.

Tentando juntar todas as forças vivas marroquinas, para constituir o núcleo de um movimento de libertação marroquino prévio, a um vasto movimento de descolonização, Abd El-Krim pediu ao sultão *Moulay Youssef* que aderisse a sua causa. Mas, este, devido à pressão da residência geral francesa em Rabat, recusou-se a lutar contra as potências coloniais.

A entrada da França em guerra não se faz esperar, mas a pressão da opinião pública tanto europeia como internacional, subjugada por esta resistência do Rif, torna a tarefa mais árdua e conduz ao envio do residente geral, marechal Hubert Lyautey.

Em 1925, Abd El-Krim lançou uma ofensiva na direção do Sul contra as forças francesas do general Lyautey, que foram abatidas sem dificuldade, para recuar sobre Fès e

Taza. Paris enviou, então, Philippe Pétain, atribuindo-lhe os meios que tinham sido recusados a Lyautey.

“O vencedor de Verdun”, aliado ao general Primo de Rivera, lançou uma vasta e forte ofensiva, apoiando-se num exército franco-espanhol de 450.000 soldados.

O combate intenso durou um ano, mas os exércitos franceses e espanhóis combinados recorreram a armas químicas, dentre as quais, o gás “iperita”, que foram liberadas por avião maciçamente sobre os lugares, fazendo milhares de mortes, enquanto que suas seqüelas duram ainda hoje na população Rif.

O conflito, extremamente duro, levou os homens de Abd El-Krim a pedir ao seu chefe que encetasse negociações. Elas foram iniciadas em Oujda, mas, perante a intransigência dos Franceses e dos Espanhóis, Abd El-Krim foi forçado à rendição.

Abd el-Krim tornou-se prisioneiro de guerra, pedindo que os civis fossem poupados. Não será nada, as potências coloniais não podem tolerar que tal levantamento continua a ser impune.

Assim, a partir de 1926, aviões, munidos de gás mostarda, bombardearam aldeias inteiras, fazendo, assim, dos marroquinos do Rif, os primeiros civis gaseificados maciçamente na História, ao lado dos curdos iraquianos, com os gases britânicos. Considera-se mais de 150.000 o número de mortes civis de 1925 a 1926.

Em 1926, Abd el-Krim foi exilado e instalou-se, primeiro, até 1929, no Castelo Morange, nas alturas de Sant-Denis. Alguns anos depois, torna-se habitante da comuna rural de Três - Bacias, no oeste da ilha, onde comprou terras e construiu uma propriedade.

Em Maio de 1947, finalmente obteve a autorização para instalar-se no Sul da França, embarcando a bordo de um navio dos Serviços de mensagens marítimos, proveniente da África do Sul, com destino a Marselha, com 52 pessoas do seu ambiente e o caixão da sua avó.

Chegado a Suez, foi convidado pelo rei egípcio, *Farouk*, para fazer escala, mas, aproveitando-se desta ocasião, ele escapou do seu cativeiro para se instalar, definitivamente, para a grande fúria dos Franceses, na Egito, onde viria a presidir “o Comitê de liberação do Magrebe árabe”.

Mohamed ben Abdelkrim El Khattabi morreu em 1963 no Cairo, onde seu túmulo está até hoje.

Após a independência de Marrocos em 1956, a repressão voltou de novo na região. Desta vez, uma repressão com cores nacionais, para reprimir por meio da aviação uma nova revolta do Rif, fazendo, assim, mais de 8.000 mortes entre 1958 e 1961.

“Eu não utilizaria mais este termo sem uma qualificação bastante cuidadosa. O que eu queria dizer não era que as pessoas não eram de nenhum modo políticas, mas que eram políticas antes da invenção da terminologia, do contexto moderno e do complexo institucional da política - o cenário moderno, o teatro moderno da política, o drama moderno da política. É algo que, em geral, não existiu até o final do século XVIII, até a era das grandes revoluções.

Antes, é lógico, não é que não houvesse qualquer política. É que simplesmente a política operava de uma maneira diferente e, eu diria, muito freqüentemente de modo muito mais limitado, porque havia muito menos possibilidade de influenciar autoridades que tomavam decisões em larga escala. Nessa perspectiva, existe um sentido de mudança importante.

Contudo, mesmo depois do desenvolvimento do moderno teatro da política, de seu cenário e de seus enredos, há uma série de processos, movimentos sociais e classes que num certo sentido representam os velhos enredos. Não estão ainda habituados a operar no novo modo, ainda pensam à moda antiga. Nesta medida, o conceito de pré-político persiste e mantém sua força. Parece-me claro, por exemplo, que hoje, no Irã, um grande número das massas de indivíduos organizados não pensa nos moldes do século XX. Mesmo que um de meus colegas tenha demonstrado claramente que o chamado fundamentalismo do aiatolá Khomeini repousa operacionalmente no conceito territorial do moderno Estado-Nação e no governo moderno, o qual não tem nada a ver com o Corão e com a situação no século VII, assim mesmo, um grande número não pensa nestes termos. Eles pensam nos mesmos termos em que seus bisavós ensinavam a pensar sobre questões sociais, sobre o modo de organizar a sociedade e sobre o que é e o que não é uma sociedade justa ou uma sociedade tolerável.”⁸⁵

⁸⁵ Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 3, nº 6, 1990, p.264-273

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao termo desta pesquisa, parece supérfluo querer tirar conclusões precipitadas. O tema é bastante complicado para permitir isto. No entanto, é importante recuperar aqui alguns aspectos que ficaram evidentes neste estudo. Também não foi possível estabelecer, de alguma forma, a relação entre os propósitos de Hobsbawm e os de outros historiadores marxistas britânicos; contudo, vale supor uma proximidade maior de Hobsbawm com Rodney Hilton e também, em certos aspectos, com Edward P. Thompson. Alguns escritos deste último, sobre os “*enclausures*”, por exemplo, bem como sobre o desmonte dos direitos costumeiros, aproximam-se de certos propósitos de Hobsbawm.

Finalmente, parece-me ter demonstrado que a idéia bastante difundida de que Hobsbawm é um dos promotores da tese do desaparecimento do campesinato não está suficientemente justificada. Como se demonstrou aqui, em seu estudo intitulado “Capitalismo e Agricultura” o autor analisa casos concretos sem formular leis gerais. Para Hobsbawm, o desaparecimento do campesinato é um caso histórico assaz demonstrado, sobretudo no modelo escocês, que o autor teve a ocasião de estudar diretamente. A análise do campesinato com a mesma conclusão foi repetida igualmente na análise do campesinato em outros países, mesmo de maneira variada, como no caso “prussiano” e “americano”, mas mesmo esta repetição não lhe permitiu atribuir de modo algum o atributo de uma lei inexorável para o desaparecimento do campesinato. Como também, para Hobsbawm, nos industrializados o desenvolvimento do capitalismo não exigiu a eliminação do campesinato, sendo este caso igualmente excepcional e não se tornando, por conseguinte, uma tendência geral e universal. Neste ponto, concordo com Hobsbawm. A única tendência hoje em dia é o fato da diminuição efetiva da população ativa no setor agrícola praticamente em todas as partes do mundo. Esta

tendência é um fato, mas isso não significa que esta seja uma evolução necessária, obrigatória ou mesmo desejada.

Quanto ao papel político do campesinato, é possível perceber, de fato, que Hobsbawm se depara com dificuldades efetivas em elucidar o que ele quer dizer com a expressão de “pré-político”, para qualificar o comportamento político do campesinato. De um lado, ele tentou se explicar, na entrevista concedida à revista brasileira “Estudos Históricos”, que “pré-político” significa, para ele, uma política “diferentemente dita e diferentemente feita”, em comparação com o que se entende geralmente por política na era moderna. Mas, por outro lado, ele também avança a idéia, segundo a qual, a mobilização política do campesinato estava na origem do bloqueio da possibilidade de desenvolvimento do modelo escocês em outros países capitalistas. Hobsbawm insiste em “afirmar com alguma verossimilhança que, do século XVI ao século XVIII, pelo menos, sua resistência vitoriosa retardou certamente o desenvolvimento do capitalismo”⁸⁶.

De fato, ele retoma nesta afirmação, as conclusões defendidas por Robert Brenner. É importante retomar aqui que não se pode aceitar facilmente esta idéia, uma vez que Hobsbawm defende posições contraditórias: negar ao campesinato legitimidade histórica de representar uma força política presente na formação social capitalista e, ao mesmo tempo, reconhecer que esta classe tem força suficiente para influenciar o processo histórico, seja na direção da direita ou da esquerda. Certamente tal conclusão deve basear-se em várias investigações e várias obras do autor, contudo a contradição permanece.

Tudo o que a leitura e a análise da obra de Eric Hobsbawm nos permitem pensar é que é importante reconhecer que o chamado “problema camponês” (Engels) e seu papel político nas sociedades capitalistas contemporâneas são questões bastante delicadas para se deduzir e afirmar de maneira peremptória e definitiva, simplesmente a partir das posições doutrinárias

⁸⁶ HOBBSBAWM, E: *Capitalisme & Agriculture*, op., cit., p. 594.

defendidas pela primeira geração dos marxistas, de Engels, Kautsky e Plekhanov principalmente. Uma concepção doutrinária, que se consolidou durante a II Internacional, tornando-se um dos princípios do marxismo ortodoxo, ainda mais quando não foi questionada pelos teóricos da Terceira (ou seja, por Lenine, Trotsky, Stalin, etc.)

Portanto, parece ter sido demonstrada hipótese desta dissertação (pag.14) de que a posição e as dificuldades das análises de Hobsbawm sobre o campesinato se explicam antes por sua vinculação a uma interpretação doutrinária do marxismo do que por seus estudos históricos. O que, dentro das limitações conhecidas, impostas a este trabalho confirma a hipótese inicial.

Num caso marroquino⁸⁷, é bastante claro que as tribos camponesas conseguem se organizar, vencer uma potência colonial e constituir-se em república com uma constituição de 40 artigos, um parlamento, um governo, um banco central, (Banco do Estado do Rif) e relações exteriores⁸⁸. Isto significa dizer que não é errado ou exagerado, de forma alguma, dizer que as tribos de camponeses faziam política no sentido moderno do termo. Portanto, a política dos camponeses do Rif, e que, portanto, não se tratava de uma política que encontra legitimidade, importância e sentido na história moderna e contemporânea do Marrocos. Mas, pelo contrário, se integra totalmente nela. Talvez a mesma consideração possa ser feita para muitos movimentos de camponeses, em todos os continentes, particularmente na Ásia, África e América Latina. O mundo, mas particularmente na América Latina. No Brasil, cabe considerar dois casos: um já histórico, das Ligas Camponesas nas décadas de 50 e 60, e do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Em ambos os casos, o movimento camponês tem podido se organizar, criar e aproveitar as conjunturas políticas para fazer avançar o processo de democratização do uso e da posse da terra, além de representar em seu

⁸⁷ Ver o anexo 2, pág. 89.

⁸⁸ Como este caso é praticamente desconhecido no Brasil, anexamos a esta dissertação um histórico deste movimento. Ver o anexo 2, pág. 89.

espaço e área de influência social e política a perspectiva de geração de alternativas ao poder político dominante.

|

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

REFERÊNCIAS

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Harvey J. Kaye, The Education of Desire. Marxists and the Writing of History*. Annales, Ano 1998, Volume 53, N° 2 pp. 440 – 443.

AMIN, Samir. *Agriculture Capitaliste ou Paysanne, un Enjeu de Société*. Documento publicado em 02/07/2004.

BIRRELL, Jean. *Bibliography of Works by Rodney Hilton* in « Rodney Hilton's Middle Ages », *Past and Present* (2007), Supplement 2.

BLITMAN, Delphine. *Le Statut de la Science dans le Capital de Marx – Etude de la Section VIII du Livre I* ». *Actuel Marx* n° 17, 11/03/20003. On-line

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Tradução de Manuel do Régio Braga. Circulo do Livro. São Paulo. Sem data.

ESTUDOS HISTORICOS, Rio de Janeiro, vol. 3, n° 6, 1990, pp.264-273

FLETTE, Keith. *Socialist Review* (Janeiro de 1997). In: [www.spartacus.school.net.co.uk](http://www.spartacus.school.net.co.uk/Pcommunist.htm). Pcommunist.htm

HOBSBAWM, Eric. *Tempos Interessantes. Uma Vida no Século XX*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo. 1ª edição. 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Estudos de Formas Arcaicas dos Movimentos Sociais nos séculos XIX e XX. 2ª edição. Zahar Editores. 1976.

HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. Forense- Universitária. Rio de Janeiro. 1976.

HOBSBAWM, Eric. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*; tradução de Joao Carlos e outros.- Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

HOBSBAWM, Eric. *Capitalisme et Agriculture: les Réformateurs Écossais au XVIIIème siècle*. *Les Annales*. Ano 1978, Vol. 33, n° 3, pp. 580-601.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. O Breve Século XX 1914-1991. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo. 2ª edição.

HOBBSAWM, Eric. *Le Problème n'est pas la Barbarie ou la Terreur*. Entrevista realizada por Hazebroucq, Théophile

HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa de 1640**. Editorial Presença, Lisboa. (sem data).

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Edição Francesa eletrônica (www.marxites.org)

MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Edição francesa eletrônica (www.marxistes.org)

MENDRAS, Henri. *L'Invention de la Paysannerie. Un moment de l'histoire de la sociologie française d'après-guerre*. Revue française de sociologie, nº 3, volume 41, ano 2000, pp. 539-552.

MENDRAS, Henri. *Um Schéma d'Analyse de la Paysannerie Occidentale*. 1971.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Zahar Editores. Rio de Janeiro, 1978.

MOLNÁR Miklós : *Victoire d'une défaite : Budapest 1956*. Lausanne, l'Age d'homme, 1996, p.22

MUNHOZ, Sidnei. **Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com Alguns de seus Críticos**, Revista de História Regional 2 (2): 153-185, 1997. On line

POUCHEPADASS, Jacques. *Que reste-il de Subaltern Studies*. Critique internationale nº24 - juillet 2004.

STEEDMAN, Carolyn. *Radical Philosophy*. Março de 1997. In: www.spartacus.schoolnet.co.uk. Pcommunist.htm

THORNER, Daniel. *L'Économie Paysanne. Concept pour l'Histoire Économique*. Les Annales, 19º ano, nº 3, maio-junio de 1964, pp 417- 432..

WALLERSTEIN, Immanuel : *Système mondial contre système-monde : le dérapage conceptuel de Frank*. Sociologie et sociétés, vol. 22, nº 2, outubro 1990, pp. 207-222.

Montréal: PUM.

WALLERSTEIN, Immanuel : *L'Occident, le capitalisme et le système-monde moderne*.

Sociologie et sociétés, vol. 22, n° 1, avril de 1990, pp. 15-52. Montréal: PUM.

Wolf, Eric. Guerras Camponesas do Século XX

www.bataillesocialiste.wordpress.com/2008/04/03/le-parti-communiste-et-la-deuxieme-guerre-mondiale-spgb1970/

[www.marxists.org/subject/index/Marxist Humanism and the “New Left”](http://www.marxists.org/subject/index/Marxist_Humanism_and_the_"New_Left")

www.marxists.org/history/international/comintern/sections/britain/index.htm

[www.fr.wikipedia.org/wiki/université de Cambridge](http://www.fr.wikipedia.org/wiki/universit%C3%A9_de_Cambridge)

www.marxists.org/francais/engels/works/1893/01/fe18930118.htm.

Anexo I: OS HISTORIADORES DO PCGB (AS OBRAS)

1. MAURICE HERBERT DOBB (1900 - 1976)

(Em Francês)

1. *Croissance économique et sous-développement, Editions Maspero, 1965.*
2. *Etudes sur le développement du capitalisme, Paris ,Maspero 1969.*
3. *Economie du bien-être et économie socialiste, Paris, Calmann-Lévy, 1971.*
4. *Economie des pays socialistes, avec Henri Tissot, Robert Laffont, 1975.*
5. *Du Féodalisme au capitalisme : problèmes de transition, avec Paul Sweezy et d'autres, 02 volumes, Maspero, 1977.*
6. *Le développement économique soviétique depuis 1917.*

Em Inglês

1. *Capitalist Enterprise and Social Progress, 1925*
2. *Russian Economic Development since the Revolution, Londres, 1928.*
3. *Wages. A Comprehensive Study of Wage Problems, 1928.*
4. *Political Economy and Capitalism: Some Essays in Economic Tradition, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1937.*
5. *Marx as an Economist, 1943.*
6. *Some Aspects of Economic Development, 1951.*
7. *On Economic Theory and Socialism, 1955.*
8. *An Essay on Economic Growth and Planning, 1960.*
9. *The Works and Correspondence of David Ricardo, 15 volumes, avec Piero Sraffa (eds), Cambridge University Press, 1951- 1973*
10. *Papers on Capitalism, Development and Planning, 1967.*
11. *Welfare Economics and the Economics of Socialism, 1969.*

12. *Socialist Planning: Some Problems*, 1970.
13. *Theories of Value and Distribution Since Adam Smith. Ideology and Economic Theory*, 1973.
14. « *Some Historical Reflections on Planning and the Market* », 1974, in *Chimen Abramsky et Beryl J. Williams (éd.), Essays in Honour of E.H. Carr*, Londres, Macmillan Press, 1974, 387 p.

2. CHRISTOPHER HILL (1912- 2003)

1. *Lenin and the Russian Revolution*, (1947).
2. *The Good Old Cause, (with Edmund Dell)*, (1949).
3. *Economic Problems of the Church*, (1955).
4. *Puritanism and Revolution*, (1958).
5. *The Century of Revolution*, (1961).
6. *Society and Puritanism in Pre-Revolutionary England*, (1964).
7. *Intellectual Origins of the English Revolution*, (1965).
8. *Reformation to Industrial Revolution*, (1967).
9. *God's Englishman*, (1970).
10. *The World Turned Upside Down*, (1972).
11. *The English Revolution*, (1977).
12. *Intellectual Consequences of the English Revolution*, (1980).
13. *The World of Muggletonians*, (1983).
14. *The Experience of Defeat*, (1984).
15. *The English Bible in 17th Century England*, (1993).
16. *Liberty against the Law*, (1996).
17. *The Changing Politics of Foreign Policy*, (2002).

3. RODNEY HILTON (1916- 2002)

- *The Economic Development of some Leicestershire Estates in the Fourteenth and Fifteenth Centuries*, (1947)
- *The English Rising of 1381, (Avec H. Fagan)*, (1950).
- *A Medieval Society: The West Midlands at the End of the Thirteenth Century*, (1966).
- *The Decline of Serfdom in Medieval England (Studies in Economic History)*, (1969).
- *Bond Men Made Free: Medieval Peasant Movements and the English Rising of 1381*, (1973)
- *The English Peasantry in the Later Middle Ages*, (1975).
- *The Transition from Feudalism to Capitalism* (1976).
- *Class Conflict and the Crisis of Feudalism. Essays in Medieval Social History*, (1985).
- *English and French Towns in Feudal Society. A Comparative Study*, (1992).⁸⁹

4. EDWARD THOMPSON (1924- 1993)

- *William Morris, Romantic to Revolutionary*, (1955).
- *The Making of the English Working Class*, (1963).
- *Moral Economy of the English Crowd in the Eighteenth Century*, (1971).
- *Warwick University Limited*, (1971).
- *Open Letter to Leszek Kolakowski*, (1974).
- *Whigs and Hunters: The origin of The Black Act*, (1975).

⁸⁹ BIRRELL, Jean: *Bibliography of Works by Rodney Hilton* in « Rodney Hilton's Middle Ages ». Past and Present (2007), Supplement 2

- (ed.) *Albion's Fatal Tree : Crime and Society in Eighteenth Century England*, (1975).
- *The Poverty of Theory and Other Essays*, (1978).
- *Writing by Candlelight*, (1980).
- *Protest and Survive*, (1980).
- *Zero Option*, (1982).
- *The Heavy Dancers*, (1985).
- *Double Exposure*, (1985).
- *Star Wars*, (1985).
- *Prospectus for a Habitable Planet*, [D. Smith, E.P. Thompson (eds.)], (1987).
- *La Guerre du blé au XVIIIe siècle : la critique populaire contre le libéralisme économique au XVIIIe siècle*, en collaboration avec Florence Gauthier, Guy-Robert Ikni, (1988).
- *The Sykaos Papers*, (roman de science-fiction), (1988).
- *Customs in Common*, (1992).
- *Witness Against the Beast: William Blake and the Moral Law*, (1993).
- *Making History: Writings on History and Culture*, (1994).
- *The Romantics : England in a Revolutionary Age*, (1997).
- *The Collected Poems*, (1999).

5. GEORGE RUDÉ (1910-1993)

- *Crowd in French Revolution* (1959).
- *Wilkes and Liberty* (1962).
- *Crowd in History* (1964).

- *L'Europe révolutionnaire: 1783-1815* (1969).
- *Captain Swing* (com Eric Hobsbawm) (1969).
- *Paris and London in the 18th Century* (1970).
- *Hannoverian London: 1714-1808* (1971).
- *Robespierre* (1975).
- *Ideology and Popular Protest* (1980).
- *Europe in the 18th Century* (1985).
- *The Face of the Crowd* (1988)
- *The French Revolution* (1989).

6. RAPHAEL SAMUEL (1934- 1996)

- *Village Life and Labour* (1975).
- *Miners, Quarrymen and Saltworkers* (1977).
- *People's History and Socialist Theory* (1981),
- *East End Underworld* (1981).
- *Culture, Ideology and Politics* (1983).
- *Theatres of the Left: 1880-1935* (1985).
- *The Lost World of Communism* (1986),
- *The Enemy Within: The Miners' Strike of 1984* (1987).
- *Patriotism: The Making and Unmaking of British National Identity* (1989)
- *Patriotism: Minorities and Outsiders* (1989).
- *The Myths We Live By* (1990).
- *Theatres of Memory* (1996).

- *Island Stories: Unravelling Britain* (1997).

Anexo 2: O CASO MARROQUINO DA GUERRA DO RIF ⁹⁰

A Guerra do Rif é uma guerra colonial que opôs as tribos da região de Rif (uma cadeia de montanhas no norte de Marrocos) aos exércitos franceses e espanhóis, agindo em virtude dos acordos de protetorado passados com o sultão de Marrocos, desde 1912.

Essas tribos eram dirigidas por chefes de “repúblicas” ⁹¹ aldeãs chamados também *Amghar*. Nelas, o direito costumeiro reinava distintamente do direito religioso

Aos 20 de Julho de 1921, o exército espanhol veio reprimir alguns rebeldes, mas foi abatido e assim começou a famosa revolução dirigida pelo Abdelkrim El Khattabi, geralmente chamado Abdelkrim.

As tribos desta região eram apenas camponeses ⁹² montanhesees, cortados do resto do país, do qual formavam apenas uma ínfima parte, no momento em que eram expostas às pressões de duas potências coloniais europeias, a Espanha e a França.

O general espanhol Manuel Fernández Silvestre dispunha na época de um exército forte de 60.000 soldados para conter a tribo de Beni Waryaghel, a qual pertence a Abd El-Krim.

No confronto entre ambas as partes, quase a totalidade do exército espanhol encontrou a morte na batalha de Anoual. Perante este desastre, o general se suicidou ou foi morto.

⁹⁰ [www.fr.wikipedia.org/wiki/guerre du Rif](http://www.fr.wikipedia.org/wiki/guerre_du_Rif)

⁹¹ O termo república designa uma forma de organização tribal local e não tem nada a ver com sua conotação moderna.

⁹² Camponeses que não tenham direito de possuir a terra a título individual, A propriedade da terra era coletiva.

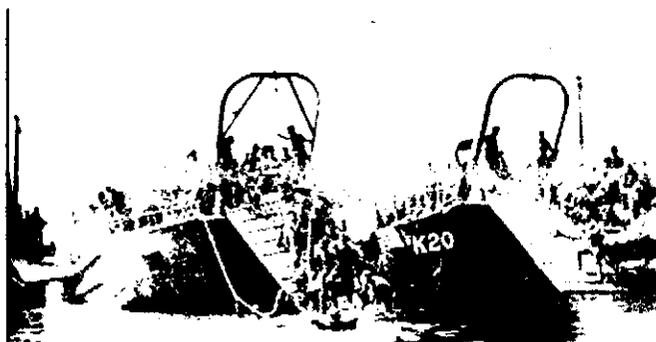
Abdelkrim, então, reuniu os chefes tribais, que organizaram a resistência pela criação da República confederada das tribos do Rif, em 01 de Fevereiro de 1922.

Tornou-se o primeiro e o último presidente dela. Pelo menos, não se declarou sultão, e, ordenando aos imãs do Rif fazer a oração da *Joumouaa* (oração da Sexta-feira), em nome do sultão *Moulay Youssef*, Abdelkrim nunca retomou em questão oficialmente a autoridade do Rei e ancorou a revolução numa futura revolução nacional marroquina, que teria por objetivo a independência do mundo muçulmano da colonização ocidental.

Numerosas cartas de boa fé que restituem a *beyaa* (fidelidade) devida ao sultão chegaram a *Moulay Youssef*. Mas, a periculosidade do projeto de Abdelkrim fez dissuadir o sultão que temia as reações dos ocupantes.

Uma guerra contra os Espanhóis seguiu-se e tiveram de retirar-se na direção da costa. Não ocupavam em 1924 mais que Ceuta, Melilla, Asilah e Larache. A França interveio para vir a seu socorro e evitar o contágio do resto do Marrocos, então sob dominação francesa.

Postos avançados foram instalados pelo exército francês, o que provocou o confronto com os guerrilheiros de Abdelkrim, que foram esmagados durante a ofensiva francesa contra Fès, durante o inverno e a primavera de 1924.

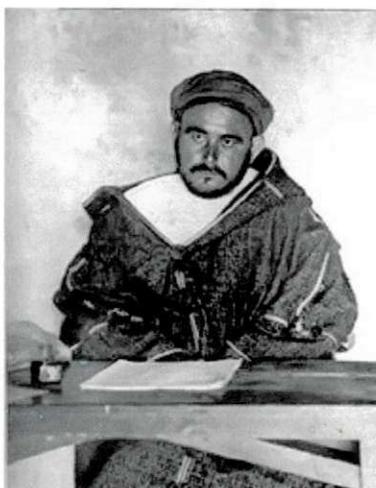


8 de Setembro de 1925: desembarque das tropas espanholas na baía de Al Hoceima

O general *Lyautey* obteve vitórias, mas foi substituído por *Pétain*. O comandante *Naulin* teve o êxito de vencer as tribos do Rif. Abdelkrim foi enviado em exílio à ilha da

Reunião, em 1926, onde evadiu-se 20 anos após, para fugir para o Egito, onde morreu em 1963. Abdelkrim se deplorou à Sociedade das Nações pela utilização da aviação francesa de bombas químicas.

Moh' and U Abd el-Krim El Khattabi



Abdelkrim em seu QG

Abdelkrim El Khattabi (1882-1963) tinha o nome completo de Mohamed Ben Abdelkrim El Khattabi (em árabe); em *amazigh*, sua língua natal era Moh' and U Abd el-Krim Khattabi. Ele era um chefe militar do Rif, zona berbere no nordeste do Marrocos. Tornou-se o chefe de um movimento de resistência contra a França e a Espanha em Marrocos e, seguidamente, o ícone dos movimentos independentistas que lutam contra o colonialismo.

Tomara a tocha da resistência após a derrota de *Mouha ou Hammou Zayani*. Seu companheiro teólogo, *Belarbi Alaoui*, dito *Cheikh Al Islã*, aderiu à causa de Abdelkrim para continuar a luta contra os espanhóis e os franceses.

Nascido em Ajdir, aproximadamente em 1882, em Marrocos, filho de um *cadi* (juiz em árabe) do clã Ait Yusuf, da tribo de Beni Ouriaghel (ou Waryaghal), Abd el-Krim foi instruído em confrarias (*zaouïas*) tradicionais e escolas espanholas, finalizando sua educação

No primeiro de Junho de 1921, os homens de Villar, na tomada de suas posições, encontraram-se cercados por combatentes locais no meio-dia: 179 militares espanhóis foram mortos; apenas um punhado, entre eles, chegou a escapar, abandonando toda a artilharia aos combatentes de Abdelkrim.

Graças à tomada desta artilharia, estes últimos prosseguem, quase dois meses, durante sua ofensiva. Na tarde dos 21 de Julho de 1921, a *Anoual* (localidade situada a 120 km de Melilla), 3.000 combatentes do Rif atacaram os 18.000 soldados espanhóis, e os obrigaram a bater em retirada.

Na extremidade de três semanas de combates obstinados, o contingente espanhol é cortado em peças. O general Fernández Silvestre foi morto em *Anoual*. Alguns falaram de suicídio devido à rapidez da derrota.

Os Guerreiros de Abdelkrim recuperaram, na seqüência da batalha, o material abandonado pelas tropas espanholas em recuada, ou seja: 20.000 fuzis, 400 metralhadoras, 200 canhões de calibres diferentes (dos 75, dos 65 e o 77), um estoque importante de granadas e milhões de cartuchos, caminhões, abastecimentos em alimentos, medicamentos, material médico e dois aviões.

Em numero de homens, a Espanha perdeu mais de 18.000 soldados, além dos 1100 prisioneiros feitos pelo contingente do Rif. Mas, conseguiu recuperar 24.000 feridos, 150 canhões e 25.000 fuzis.

Trata-se da primeira derrota de uma potência colonial européia, dispondo de um exército moderno e equipado bem na frente de resistentes sem recursos, sem organização, sem logística nem intendência.



Cadáveres de 8.000 soldados espanhóis mortos no Monte Arrui, em 9 de agosto 1921.

A vitória de Anoual teve uma imensa repercussão não somente em Marrocos, mas também no mundo inteiro. Teve imensas conseqüências psicológicas e políticas, dado que ia provar que, com efetivos reduzidos, um armamento ligeiro, mas também com uma importante mobilidade era possível vencer exércitos clássicos.

Essa derrota que fustiga as forças coloniais é pesada de conseqüências nas duas partes do Mediterrâneo. Essa humilhação, em 1923, em Barcelona, incitou o general Miguel Primo de Rivera a lançar um *pronunciamiento* e a instaurar uma ditadura militar.

A Espanha tinha tentado retirar-se de Marrocos, mas a França, temendo o contágio na sua zona do protetorado e nas suas outras colônias, recusou-se deixar os insurgidos impunes.

O Marechal Lyautey, o residente geral francês, toma o comando das operações, e a guerra do Rif durou ainda cinco anos e terminou com a vitória da França e da Espanha.

A vitória de um pequeno grupo de resistentes sobre o exército espanhol tornou-se, assim, um importante símbolo da luta anti-colonial e marcou um momento decisivo na resistência ao duplo protetorado espanhol e francês instaurado em Marrocos, como também marcou o nascimento de um mito: o de Abd El-Krim, herói de guerra, estrategista e chefe carismático da resistência.